

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020



Conteúdo

Mensagem da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Introdução	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18



Mensagem da Administração

Balanço 2021

O ano de 2021 foi de grandes avanços para o Porto do Açu. O maior complexo porto-indústria do país conquistou importantes marcos operacionais e estreitou ainda mais a relação com a comunidade.

O Porto do Açu seguiu para além do perímetro portuário para apoiar o enfrentamento à Covid-19. Até o momento, foram aportados cerca de R\$5 milhões em ações que incluíram a doação de mais de 500.000 equipamentos de proteção ao setor de saúde e à comunidade. Ao todo, 16 toneladas de alimentos adquiridos de produtores rurais locais foram ofertadas à população em situação de vulnerabilidade.

Neste âmbito, a ênfase foi a adesão ao Movimento Unidos Pela Vacina, pelo qual as empresas do Grupo Prumo viabilizaram apoio logístico para levar as vacinas a áreas de difícil acesso e para pessoas com dificuldade de locomoção. Entre as doações estão também caixas e bolsas térmicas, curativos, gelo reutilizável, freezers e gerador.

Todas as iniciativas relativas à pandemia foram conduzidas de forma integrada pelas empresas Prumo, Porto do Açu Operações, Ferroport, Açu Petróleo e GNA.

Na nossa agenda de negócios de baixo carbono e renováveis, um dos grandes destaques do ano é o licenciamento do Complexo Eólico *off-shore* Ventos do Açu, que reforça a diretriz de industrialização sustentável estabelecida pelo Grupo Prumo e abre novos caminhos de desenvolvimento. O Porto de Açu, por sua localização privilegiada e pelas características operacionais se mostra como um dos principais polos para o desenvolvimento da indústria eólica *off-shore* do Brasil.

A GNA I entrou em operação em setembro do ano passado, com capacidade de geração para abastecer o equivalente a 6 milhões de residências. Crucial para a segurança energética do país, a usina ajudou a região a atravessar a crise evidenciada este ano pela baixa hídrica e aumento no consumo. Mais de 11 mil trabalhadores passaram pelas obras da GNA, sendo a maioria mão de obra local.

O Terminal Multicargas registrou recordes neste ano: mais de 1,5 milhão de toneladas movimentadas em menos de um ano, mais do que o dobro do ano passado, se fortalecendo como solução logística para as indústrias do Sudeste e Centro-Oeste do país. O *T-MULT* conta, atualmente, com 39 clientes e 15 produtos, sendo dois destes adicionados ao portfólio do terminal em 2021: espodumênio e concentrado de cobre. Também neste ano, o *T-MULT* intensificou as operações com fertilizantes, depois de colocar o Rio de Janeiro no mapa do produto no país, em 2020.

Nos terminais *offshore*, a Ferroport registrou a movimentação de 100 milhões de toneladas de minério. E a Açu Petróleo passou a ser responsável por 30% das exportações de óleo do país, tendo fechado contrato com a Petrobras para mais do que dobrar volume de exportação pelo terminal - 32 milhões de barris de óleo ou aproximadamente 300 mil bpd – em até dois anos.



O ano contou também com outros recordes operacionais, como a marca superior a 4.000 embarcações que acessaram os terminais para suas operações, um número mais de 20% maior que o recorde anterior. Para fazer frente a esta crescente operacional foi desenvolvido o Centro de Operações e Resposta a Emergências do Porto do Açu – CORE, conceito único no país para gestão integrada de operações portuárias, integrando toda a gestão náutica, terrestre e atendimento a emergência.

Regionalmente, o destaque foi o anúncio da nova Sede da Reserva Caruara. A sede da unidade de conservação criada de forma voluntária, será uma nova área de lazer aberta ao público, em consonância com o Plano de Manejo e em defesa do meio ambiente. Com a inauguração prevista para o primeiro trimestre de 2022, o espaço será um polo de educação, lazer e atração turística na região. Um dos atrativos será a nova base do Programa de Conservação de Tartarugas Marinhas do Porto do Açu – uma parceria da Porto do Açu Operações, Ferroport, Açu Petróleo e GNA com o Projeto Tamar.

Novidades para 2022

Em fevereiro deste ano, a Prumo adquiriu 20% de participação detidos pela companhia alemã Oiltanking na Açu Petróleo e passou a controlar 100% da Companhia. A transação está em linha com a estratégia da Prumo de alocação de capital em ativos de importância estratégica para o desenvolvimento do Porto do Açu que possuam alto potencial de crescimento e de geração de valor. A Oiltanking manterá sua contribuição ao projeto atuando como provedor estratégico de serviços de operação e manutenção de longo prazo do terminal, área em que é reconhecida internacionalmente por sua expertise.

Como parte da transação, a Açu Petróleo executou a emissão de títulos de dívida no exterior (*Bonds 144-A Reg S*) no valor de US\$600 milhões, com taxa de juros de 7.50% a.a. e prazo de pagamento até 2035.

Também no primeiro mês de 2022, foram anunciados dois avanços para ampliar a logística do complexo portuário. Em evento presidencial, O Porto do Açu e a Gás Natural Açu (GNA) anunciaram o plano de investimento de R\$ 6 bilhões de investimentos em infraestrutura e energia no Porto do Açu, localizado na região norte do Rio de Janeiro.

Os investimentos incluem obras de ampliação dos acessos rodoviários ao porto, a construção de um ramal ferroviário e o lançamento da pedra fundamental da GNA II, oficializando o início das obras da maior usina a gás natural do Brasil, com 1.673 MW.

Além disso, o Porto do Açu deve seguir no caminho de vanguarda de inovação portuária. A adesão ao Cubo Itaú será formalizada ainda no primeiro semestre de 2022, aproximando o Açu de clientes e parceiros de São Paulo e sobretudo ampliando contato com startups do Brasil e do mundo em busca de soluções que auxiliem no avanço do setor de navegação com fomento a esse ecossistema.



A holding também anunciou que Tadeu Fraga deixará o cargo de diretor-presidente (CEO) e passará a fazer parte do Conselho de Administração da empresa. Rogério Zampronha assumirá a função de novo CEO da companhia a partir de abril.

Em 2016, Tadeu iniciou sua trajetória no Grupo Prumo, onde atuou como CEO das subsidiárias DOME e Porto do Açu Operações antes de assumir, em 2019, a Presidência da holding e o comando dos conselhos dessas e de outras subsidiárias. À frente da Prumo, Tadeu foi responsável por expressivo crescimento de atividades, além de grande fortalecimento no relacionamento com os nossos públicos de interesse. Consolidamos nosso posicionamento como maior complexo portoindústria do Brasil, que movimenta hoje 30% do petróleo exportado pelo país, exporta 23 milhões de toneladas de minério por ano e está construindo o maior parque de geração termoelétrica a gás natural da América Latina, com a primeira térmica e o terminal de GNL já em operação.

Rogério Zampronha construiu sua carreira no setor industrial e de geração de energias renováveis. Foi Presidente da Schneider Eletric Brasil e Presidente para a América do Sul da Vestas, maior fabricante mundial de turbinas eólicas. Mais recentemente, esteve à frente da Omega Desenvolvimento, empresa que atua no desenvolvimento, estruturação e implantação de projetos de energia eólica, solar e pequenas centrais hidrelétricas.

Executivo de também reconhecida reputação e capacidade de liderança, dará continuidade à trajetória de crescimento que temos experimentado, em linha com os valores que temos praticado e com nossa agenda de ESG.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Prumo Logística S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prumo Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prumo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Prumo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC SP- 014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araujo

Contador CRC RJ - 091559/O-4



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

		Controlac	lora	Consolida	ado
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo	_			-	
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	186.318	139.972	305.567	318.210
Títulos e valores mobiliários	6	32.575	24.970	169.856	445.962
Caixa restrito	6	33.463	64.198	51.801	289.155
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	211.262	61.850
Clientes	8	-	-	81.373	40.188
Mútuos com partes relacionadas	19	-	38.183	73.355	109.183
Contas a receber com partes relacionadas	19	754	5.026	6.613	3.075
Impostos a recuperar	9	6.470	7.372	42.600	37.652
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	13.990	26.561
Outras contas a receber		5.194	1.340	25.509	19.265
	_	264.774	281.061	981.926	1.351.101
Ativos não circulantes mantidos para venda	26 (a.1)	-	-	213.953	5.852.087
Total do ativo circulante	`	264.774	281.061	1.195.879	7.203.188
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	111.483	103.888
Clientes	8	-	_	48.310	68.316
Contas a receber com partes relacionadas	19	1.536	5.292	41.849	10.694
Mútuos com partes relacionadas	19	40.107	_	113.278	229.379
Debêntures	13	-	-	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	-	_	80.031	80.031
Depósitos restituíveis	11	-	_	58.744	55.239
Depósitos judiciais	12	496	517	11.443	10.587
Impostos a recuperar	9	4	2	23.302	4.868
Impostos diferidos	10	-	-	107	11.998
Outros		-	-	684	-
Investimentos					
Participações societárias	15	1.191.571	1.441.300	1.710.210	786.175
Propriedade para investimento	16	1.101.071	1.441.000	526.950	526.931
Imobilizado	17	3.076	2.790	4.595.720	4.651.860
Intangível	18	3.537	5.104	74.452	76.184
Direito de uso	25	2.052	3.204	30.751	35.080
Total do ativo não circulante		1.242.379	1.458.209	8.086.707	7.310.623
Total do ativo		1.507.153	1.739.270	9.282.586	14.513.811



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

,	Co		oladora	Consol	idado
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo	_				
Circulante					
Fornecedores	20	10.236	3.887	55.489	67.671
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	_	_	413.791	326.647
Passivos de arrendamento	25	1.364	983	5.904	4.249
Salários e encargos a pagar		33.621	33.592	69.344	65.847
Contas a pagar com partes relacionadas	19	1	2.075	9.916	14.050
Adjantamento de clientes		_	-	3.102	9.450
Impostos e contribuições a recolher	23	7.418	9.876	16.963	16.034
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	-	-	9.959	24.043
Derivativos – <i>hedge</i>	35	_	_	183	530
Outras contas a pagar		_	_	6	9
	_	52.640	50.413	584.659	528.530
Passivos não circulantes mantidos para venda	26	02.040	30.413	26.028	4.068.378
Total do passivo circulante		52.640	50.413	610.687	4.596.908
Total do passivo circulante	_	32.040	30.413	010.007	4.530.300
Não circulante					
Fornecedores	20	14	437	2.027	16.568
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	-	-	7.762.894	7.482.937
Salários e encargos a pagar		-	7.059	-	7.059
Passivos de arrendamento	25	1.634	2.908	28.618	33.998
Mútuo com partes relacionadas	19	1.374.838	1.199.108	1.287.668	1.199.108
Obrigações com terceiros	14	-	-	20.023	19.880
Adiantamento de clientes		-	-	15.543	17.937
Impostos e contribuições a recolher	23	66.817	63.609	66.817	63.723
Provisão para contingências	24	-	818	25.942	7.327
Provisão para perda de investimentos	15	1.371.524	775.146	126.072	129.412
Impostos diferidos	10	-	-	192.119	133.254
Outras contas a pagar		_	_	483	2.949
Total do passivo não circulante		2.814.827	2.049.085	9.528.206	9.114.152
D	07				
Patrimônio líquido	27	3.292.821	3.292.821	3.292.821	3.292.821
Capital social Reservas de capital		298.466	3.292.821 298.466	3.292.821 298.466	3.292.821 298.466
•					
Outros resultados abrangentes		1.040.609	1.022.134	1.040.609	1.022.134
Valores reconhecidos a ativos disponíveis para venda		(F 000 010)	14.885	(e ooe seo)	14.885
Prejuízos acumulados	_	(5.992.210)	(4.988.534)	(6.006.269)	(5.012.413)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(4.260.244)	(260.228)	(4 274 272)	(204 407)
Participação de acionistas não controladores	_	(1.360.314)	(360.228)	(1.374.373) 518.066	(384.107) 1.186.858
, ,	_	(1.360.314)	(360.228)	(856.307)	802.751
Total do patrimônio líquido	_	(1.300.314)	(300.220)	(000.307)	002.751
Total do passivo e patrimônio líquido		1.507.153	1.739.270	9.282.586	14.513.811



Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (*Em milhares de reais*)

	_	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020	
Receita líquida de serviços	29	-	-	788.648	621.868	
Custo dos serviços prestados	30 _	-	<u>-</u>	(471.897)	(361.624)	
Lucro bruto		-	-	316.751	260.244	
Receita (despesas) operacionais	_		_			
Despesas gerais e administrativas	31	(84.505)	(195.035)	(267.200)	(337.374)	
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,8,	. 9	32	19.304	(19.948)	
Reversão ao valor recuperável de ativos	16,17	-	-	17.155	-	
Reversão da provisão de perdas de depósitos restituíveis	11	-	-	10.015	6.229	
Baixa de imobilizado	16,17	-	-	(18.347)	(7.297)	
Outras receitas		77	-	2.784	32.799	
Outras despesas		(1.995)		(6.652)	(15.131)	
Resultado antes do resultado financeiro.	_	(86.414)	(195.003)	73.810	(80.478)	
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	32	13.263	170.777	464.066	615.557	
Despesas financeiras	32 _	(129.042)	(405.112)	(1.659.248)	(1.968.830)	
	_	(115.779)	(234.335)	(1.195.182)	(1.353.273)	
Resultado de equivalência patrimonial	15,33	(801.483)	(994.783)	81.765	202.569	
Ganho na alienação de investimentos	26 c	-		163.438		
Resultado antes dos impostos		(1.003.676)	(1.424.121)	(876.169)	(1.231.182)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(39.818)	(30.754)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	23 _	-	<u>-</u>	(55.710)	(134.427)	
Prejuízo líquido do exercício nas operações continuadas		(1.003.676)	(1.424.121)	(971.697)	(1.396.363)	
Resultado de operações mantidos para venda	26 (b.1)	-	_	(58.404)	(80.378)	
Prejuízo líquido do exercício nas operações descontinuadas)	26 (b.1)	-	-	(58.404)	(80.378)	
Prejuízo líquido do exercício	_	(1.003.676)	(1.424.121)	(1.030.101)	(1.476.741)	
Resultado atribuível aos:	_					
Acionistas controladores	28	(1.003.676)	(1.424.121)	(993.856)	(1.416.971)	
Acionistas não controladores		-	-	(36.245)	(59.770)	
Prejuízo líquido do exercício	_	(1.003.676)	(1.424.121)	(1.030.101)	(1.476.741)	
Resultado por ação						
Prejuízo líquido por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	28 _	(2,66923)	(3,78738)	(2,64311)	(3,76837)	



Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

<u>-</u>	Controladora		Consolic	lado
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	(1.003.676)	(1.424.121)	(1.030.101)	(1.476.741)
Outros resultados abrangentes de operações continuadas		,	,	,
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (líquidos de impostos):				
Ajustes acumulados de conversão	23.977	278.492	29.971	278.492
Ganho na operação de <i>hedge</i>	833	-	1.284	-
Resultado na variação percentual GNA	323	9.867	-	9.867
Perda na variação percentual em investida	(6.661)	(18.427)	(75.000)	(18.427)
Transações entre acionistas	-	· · · · · · · ·	5.432	·
Operações descontinuadas				
Efeito no resultado do exercício de resultados abrangentes pela perda de controle na alienação de investimentos	(4.489)	16.332	(10.270)	16.332
Perdas de operações de hedge	(10.393)	-	(23.779)	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(1.000.086)	(1.137.857)	(1.102.463)	(1.190.477)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(1.000.086)	(1.137.857)	(1.066.218)	(1.130.707)
Acionistas não controladores	-	-	(36.245)	(59.770)



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Rese	erva de Capital				Outros Res	sultados Abrangente	5							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Capital social 3.292.821	Ágio na emissão de ações 266.974	Opções de ações outorgadas 63.336	Gastos com emissão de ações (31.844)	Reserva de capital reflexa - Ferroport 125.182	Reserva de capital reflexa - Grupo GNA	Bônus de subscrição Siemens- reflexa 13.231	Ganho/(perda) na variação percentual em investida 554.410	Ajuste de avaliação patrimonial /pela perda de controle (1.447)	Ajustes acumulados de conversão 59.379	Prejuízos acumulados (3.564.413)	Patrimônio líquido - controladora 777.629	Outros (30.487)	<u>Total</u> 747.142	Participação de acionista não controladores 1.215.784	Total do patrimônio líquido 1.962.926
Preiuízo líquido do exercício											(1.424.121)	(1.424.121)	7.150	(1.416.971)	(59.770)	(1.476.741)
Instrumento financeiro <i>hedge</i> -reflexa	-	-	-			-			16.332	-	(1.424.121)	16.332	7.130	16.332	8.699	25.031
Ajustes acumulados de conversão	_	_	_	_	_	-	_	_	10.552	278.492	_	278.492	-	278.492	69.623	348.115
Resultado na variação percentual investida – GNA	_	-	-	-	_	_	_	9.867	_	-	_	9.867	-	9.867	36.295	46.162
Aumento de capital/reserva do Porto de Antuérpia na PDA	-	-	-	-	-	-	-	(18.427)	-	-	-	(18.427)	-	(18.427)	18.427	
Redução de capital social da Açu Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	` -	-	-	-	` -	-	` -	(102.200)	(102.200)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(542)	(542)		(542)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.292.821	266.974	63.336	(31.844)	125.182	-	13.231	545.850	14.885	337.871	(4.988.534)	(360.228)	(23.879)	(384.107)	1.186.858	802.751
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-		-	-	-		-		(1.003.676)	(1.003.676)	9.820	(993.856)	(36.245)	(1.030.101)
Efeito no resultado do período de resultados abrangentes	_	_	_	_	_	_	_	_	(4.489)	_	_	(4.489)	_	(4.489)	(5.781)	(10.270)
pela perda de controle na alienação de investimentos Ajustes acumulados de conversão									, ,	23.977		23.977		23.977	5.994	29.971
Ajustes acumulados de conversao Ganho (perda) na variação percentual na GNA	-	-	-	-	-	-	-	323	-	23.977	-	23.977	-	323	(323)	29.971
Desconsolidação GNA I e GNA II						- :		323				323		323	(556.595)	(556.595)
Ganho (perda) na variação percentual na Porto do Açu	_	_	_	_	_	_	_	(6.661)	_	_	_	(6.661)	_	(6.661)	6.617	56
Reconhecimento do Hedge via equivalência – perda de								()				(,		(0.00.)		
controle	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.393)	-	-	(10.393)	-	(10.393)	(13.386)	(23.779)
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	833	-	-	833	-	833	451	1.284
Redução de capital na Açu Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
Aporte de acionistas não minoritários do Grupo GNA						-	-	-	-	-	-	-		-	5.376	5.376
Saldo em 31de dezembro de 2021	3.292.821	266.974	63.336	(31.844)	125.182		13.231	539.512	836	361.848	(5.992.210)	(1.360.314)	(14.059)	(1.374.373)	518.066	(856.307)



Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	_			
Prejuízo antes dos impostos	(1.003.676)	(1.424.121)	(964.491)	(1.361.046)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Prejuízo antes dos impostos de operações mantidas para venda (nota 26)	- 1.151	1.422	88.322 4.418	- 5 700
Amortização de direito de uso Depreciação e amortização	1.151	1.502	229.619	5.722 190.067
Baixa do imobilizado	1.420	1.302	18.347	7.678
Resultado de equivalência patrimonial	801.483	994.783	(81.765)	(202.569)
Variação cambial, monetária e juros	83.660	209.903	1.122.672	1.452.667
Amortização do custo de transação	-	-	48.242	39.276
Ganho (perda) alienação de investimentos	-	-	(163.438)	-
Crédito PIS/COFINS ativo imobilizado	-	-	(14.109)	-
Provisão (reversão) para perda de depósitos restituíveis	-	-	(10.015)	19.570
Provisão (reversão) para perda - recebíveis	-	-	(19.304)	-
Reversão ao valor recuperável de ativos		·- -	(17.155)	
Provisão para bônus	30.102	26.492	57.457	53.169
Provisão (reversão) para contingências	(818)	(1.653)	18.615	(5.446)
Estimativa de perdas	(9)	(32)		(5.866)
(A	(86.687)	(191.704)	317.415	193.222
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:			()	
Clientes	-	-	(21.179)	11.791
Depósitos restituíveis	-	-	1.744	4.098
Depósitos judiciais Impostos a recuperar	900	64.548	(856) 55.465	12.637 57.209
Créditos com terceiros	900	04.546	55.465	(5.148)
Despesas antecipadas	-	(214)	-	25.374
Outros valores a receber	(3.854)	76	(6.927)	(25.702)
Fornecedores	5.926	(650)	(26.723)	(68.569)
Partes relacionadas - contas a receber	8.028	(1.871)	(34.692)	(9.203)
Adiantamento de clientes	-	-	(10.972)	2.145
Impostos e contribuições a recolher	750	39.914	19.906	75.252
Partes relacionadas - contas a pagar	(2.074)	1.031	(4.134)	103.340
Salários e férias a pagar	(37.132)	(5.431)	(61.019)	(38.306)
Obrigações com terceiros	<u>-</u>	·	-	(27.955)
Outras contas a pagar	-	-	(2.326)	(103.471)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social a recolher		<u>-</u>	(29.967)	(23.558)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(114.143)	(94.302)	195.735	183.156
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(88)	(949)	(99.244)	(555.988)
Aquisição de ativo intangível	-	(393)	(1.705)	(4.396)
Redução de capital em controlada Venda de Imobilizado	225.000	306.600	2.230	-
Redução de capital em controlada por acionista não controlador			(75.000)	
Venda de Participação em investimentos	_	_	409.035	_
Títulos e valores mobiliários	(7.605)	523.856	276.106	172.302
Aumento de capital em controlada	(174.464)	(261.957)		-
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas	(··· ··· · · · · · · · · · · · · · · ·	(396.237)	-	-
Dividendos recebidos	-	` 36.41Ó	-	-
Empréstimos concedidos à partes relacionadas	-	-	(302.262)	-
Empréstimos recebidos de partes relacionadas		<u> </u>	331.228	365.193
Caixa líquido proveniente da (usado nas) atividades de investimento	42.843	207.330	540.388	(22.889)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital em controlada por acionista não controlador	-	-	2.655	52.777
Aumento de reservas em controlada por acionista não controlador	-	-	2.721	(102.200)
Caixa restrito	30.735	(64.196)	237.354	(283.487)
Passivo de arrendamento	(260)	(431)	(587)	(8.029)
Depósitos bancários vinculados	-	-	(155.308)	30.903
Juros pagos	-	-	(656.173)	(537.940)
Custo de transação com terceiros	-	-	(1.165)	(60.718)
Hedge	- 07.474	-	(2.036)	-
Empréstimos recebidos com partes relacionadas (acionista) Empréstimos obtidos com terceiros	87.171	-	-	1.121.762
Empréstimos obilidos com terceiros Empréstimos liquidados com terceiros	-	-	(149.456)	(370.586)
·	447.040	(04.007)		
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	117.646	(64.627)	(721.995)	(157.518)
Augustus (gadus 2a) da aabra a agustus laiste et e e-te-	46.346	48.401	14.128	2.749
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa				
No início do exercício	139.972	91.571	318.210	501.746
No início do exercício No fim do exercício		91.571 139.972	305.567	318.210
No início do exercício	139.972			



Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controlado	ra	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	888.730	699.172
Outras receitas	77	-	2.784	32.799
Receita de ganho na alienação de investimentos	-	-	163.438	-
Construção de ativos próprios	-	-	74.479	41.283
-	77	<u> </u>	1.129.431	773.254
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços				
vendidos	-	-	(221.455)	(151.776)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.190)	(13.849)	(169.821)	(102.949)
Perda e reversão de valores recuperáveis de ativos	` ģ	` 32	` 42.13Ó	`(13.719)
Outras	(1.995)	896	(21.335)	(23.412)
-	(21.176))	(12.921)	(369.801)	(291.856)
Valor adicionado bruto	(21.099)	(12.921)	759.630	481.398
Depreciação, amortização e exaustão	(2.572)	(2.925)	(232.845)	(194.468)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(23.671)	(15.846)	526.785	286.930
· • · · · ·	,	, ,		
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(801.483)	(994.783)	81.765	202.569
Resultado de operações mantidos para venda	` -	· -	(58.404)	(80.378)
Receitas financeiras	13.263	170.777	464.066	615.557
Imposto de renda diferido	-	-	(55.710)	(134.427)
	(788.220)	(824.006)	431.717	603.321
Valor adicionado total a distribuir	(811.891)	(839.852)	958.502	890.251
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	00.000	04 400	75 400	00.550
Remuneração direta	23.203	21.490	75.428	68.552
Benefícios	25.701	43.899	70.113	85.151
FGTS _	860	1.018	4.299	4.134
	49.764	66.407	149.840	157.837
Tributos	40.700	404.077	450.000	047.007
Federais	10.723	104.677	152.928	217.637
Estaduais	-	-	114	90
Municipais			18.673	11.155
	10.723	104.677	171.715	228.882
Remuneração de capitais de terceiros	100.010	105.110	4 050 040	4 000 000
Despesas Financeiras	129.042	405.112	1.659.248	1.968.830
Aluguéis _	2.256	8.073	7.800	11.443
Banana a da a a Mala a a /	131.298	413.185	1.667.048	1.980.273
Remuneração de capitais próprios Prejuízo do exercício	(1.003.676)	(1.424.121)	(993.856)	(1.416.971)
Participação dos não-controladores nos resultados retidos	_		(36.245)	(59.770)
1611005	(1.003.676)	(1.424.121)	(1.030.101)	(1.476.741)
-	(811.891)	(839.852)	958.502	890.251
=	(011.031)	(033.032)	300.002	030.231

Introdução

As notas explicativas estão divididas em cinco principais seções, conforme demonstrado abaixo:

Seção A - Informações sobre o Grupo e suas políticas 1 - Contexto operacional 2 - Licenças 3 - Participação do grupo _organograma 4 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras 5 - Principais políticas contábeis	18 24 25 27 32
Seção B - Resultado do exercício, distribuição do lucro e impostos 23 – Impostos e Contribuições a Recolher 28 - Resultado por ação 29 - Receita operacional e liquida de aluguéis e serviços 30 - Custos 31 - Despesas gerais e administrativas 32 - Resultado financeiro 33 - Informações por segmento - resultado	94 110 111 111 112 113 114
Seção C - Capital investido e capital de giro 8 - Clientes 9 - Impostos a recuperar 15 - Investimento 16 - Propriedade para investimento 20 - Fornecedores	58 59 66 70 83
Seção D - Posição financeira e patrimonial 6 - Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários 7 - Depósitos bancários vinculados 22 - Empréstimos e financiamentos e Instrumentos financeiros 27 - Patrimônio líquido	54 57 85 109
Seção E - Outras divulgações 10 - Impostos diferidos 11 - Depósitos restituíveis 12 - Depósitos judiciais 13 - Debentures 14 - Créditos e obrigações com terceiros 17 - Imobilizado 18 - Intangível 19 - Partes relacionadas 21 - Planos de opção de compras de ações 24 - Provisão de contingências 25 - Direito de uso / Passivo de arrendamento 26 - Efeito na alienação de investimentos 34 - Compromissos assumidos 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco 36 - Seguros	60 61 62 63 65 72 78 79 84 96 100 102 119



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Prumo Logística S.A. ("Prumo" ou "Companhia") foi constituída em 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. A Companhia atualmente desenvolve suas operações através das controladas Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu"), Açu Petróleo S.A. ("Açu Petróleo"), Gás Natural Açu S.A. ("GNA"), da controlada indireta em conjunto ("empreendimento controlado em conjunto") Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport"), UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I"), UTE GNA II Geração de Energia S.A. ("GNA I") do Consórcio Dome Serviços Integrados e do empreendimento controlado em conjunto NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX").

Em 31 de dezembro de 2021, o valor patrimonial consolidado da Companhia é de R\$(2,28) por ação (R\$2,13 em 31 de dezembro de 2020), apresentando prejuízo consolidado no exercício de R\$1.030.101 (Prejuízo de R\$1.476.741 em 31 de dezembro de 2020) e capital circulante consolidado positivo de R\$397.267 (positivo em R\$822.571 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia considera em seu plano de negócios de longo prazo, estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para os próximos 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, o que garante para empresa segurança sobre seus resultados futuros e a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados.

As estratégias financeiras previstas para curto prazo são as seguintes:

 A subsidiária Açu Petróleo estruturou emissão de uma debênture no mercado de capitais, com objetivo de aumentar o volume de sua linha de crédito para efetuar o pagamento antecipado do empréstimo com o International Development Finance Corporation ("DFC") e compra da participação acionário da Oiltanking, conforme mencionado na nota explicativa nº 37 – Eventos Subsequente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional---Continuação

- Em julho de 2021, a Administração concluiu o refinanciamento da dívida da GNA I, efetuando o pagamento total do empréstimo com o IFC e alavancando mais recursos para o projeto, realizando a emissão de debêntures de infraestrutura, em atuação conjunta com o BNDES, no montante de R\$1,8 bilhões.
- Adicionalmente, a Administração continua empenhada na busca de outras formas de obtenção de recursos para a continuidade da realização dos planos de negócios da Companhia, os quais incluem o desenvolvimento dos empreendimentos descritos nesta nota.

Porto do Açu

Em 2021, o *T-Mult* movimentou 1.518.548 toneladas de granéis e 4.825 referentes a carga de projeto (em 2020, 666.697 toneladas de granéis e 4.451 toneladas de carga de projeto).

Ferroport

Em 2021, foi embarcado o total de 23.142 mil toneladas de minério de ferro, em 144 navios Capesizes (em 2020, 23.849 mil toneladas, em 150 navios Capesizes).

NFX (BP - Prumo)

No ano de 2021 foi comercializado aproximadamente 97.000 toneladas de óleo diesel marítimo em 755 operações *onshore* (em 2020 foi 126.000 toneladas de óleo diesel marítimo e 479 operações *onshore*), realizadas tanto no terminal próprio Tecma, quanto no Terminal da Edison Chouest ("B-Port") e em outros terminais do Canal T2. Além disso, foram realizadas 33 operações *offshore* (50 em 2020) com um total de 29.000 toneladas comercializadas nessa modalidade.

Açu Petróleo

Em 2021, foram realizadas 123 operações, sendo 91 com navios VLCC, movimentando 123 milhões de barris de petróleo, (em 2020, 112 operações, sendo 70 com navios VLCC e 112 milhões de barris de petróleo).

(*) Não auditado



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional --- Continuação

Grupo GNA

A empresa GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atende às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) e um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A empresa faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

A usina termelétrica GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórios, em 16 de setembro de 2021. Desde essa data a usina foi despachada pelo ONS em razão dos seus compromissos contratuais e das necessidades do Sistema Interligado Nacional.

A empresa GNA II visa a construção de uma segunda usina termelétrica, contígua à GNA I, que contará com quatros grupos geradores, três movidos a gás natural e um a vapor. A capacidade instalada total será de 1.673MW, energia suficiente para o abastecimento de 7,8 milhões de residências. A empresa possui uma linha de crédito aprovada junto ao BNDES no montante de R\$3,93 Bi. As obras foram iniciadas no final de setembro de 2021.

A partir de janeiro de 2021 as empresas GNA I e GNA II passaram a contar com um novo acionista em sua estrutura societária, a empresa SPIC. Com a entrada da SPIC e diluição da participação societária da GNA Infra na GNA I e na GNA II de 67% para 45%, constatou-se, estritamente de acordo com as normas contábeis, que houve a perda de controle da GNA Infra sobre suas investidas. Pelos motivos citados, a GNA Infra passa a ter o controle compartilhado com os restantes acionistas. Desta forma, após a perda de controle, os investimentos da GNA Infra nas empresas GNA I e GNA II foram reavaliados a valor justo da transação.

No acordo dos acionistas, existem termos contratuais que estabelecem opção de compra para a SPIC e opção de venda para os restantes acionistas (GNA Infra e Siemens Par), exercível entre 12 meses e 36 meses após o início de operação comercial, para a SPIC tornar-se detentora de 100% das ações da GNA I e da GNA II.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional --- Continuação

No exercício dessas opções, a transação será executada a valor justo através de avaliação realizada por avaliador independente.

Nesses termos são estabelecidas condições precedentes para o fechamento, incluindo aprovação/waiver dos credores e reorganizações que, com base na experiência passada, levariam em torno de 6 meses para serem obtidas/realizadas. Estas limitações comprovam que a SPIC não terá capacidade de exercer a opção e desta forma assumir o controle da GNA I e GNA II. Devido as condições precedentes não há evidências para o reconhecimento contábil destas opções. A GNA Holdco continuará monitorando fatores acima que podem influenciar o reconhecimento inicial e preço das opções, as quais em possível evento, serão mensurados a valor justo na medida em que ela possuir valor por se tornar exercível.

No primeiro trimestre de 2021, os acionistas da GNA I realizaram Mútuos no valor total de R\$161.595, com remuneração indexada ao CDI, com vistas a cobrir eventuais desvios de Capex causados pela postergação do COD em razão da pandemia.

Em 05 de maio de 2021, a GNA Infra realizou um mútuo para a UTE GNA II, no valor bruto de R\$112.034, com remuneração indexada ao CDI, a fim garantir os pagamentos decorrentes da Compensação Ambiental, referente a Licença de Instalação, e outros custos do projeto.

Em 25 de junho de 2021, os acionistas da GNA I realizaram novos Mútuos no valor total de R\$ 223.242, com remuneração indexada ao CDI, com o intuito de suportar o primeiro pagamento do serviço da dívida. Este mútuo foi quitado em 09 de agosto com recursos provenientes da emissão de debêntures.

Em julho de 2021, a GNA I recebeu o último desembolso do BNDES no valor de R\$104.254.

Em agosto de 2021, a UTE GNA I emitiu debêntures no montante de R\$1,8 Bi, com prazo total de 18 anos, carência de 24 meses e vencimento em 15 de julho de 2039, taxa IPCA + 5,92%. A liquidação das debentures foi integralmente realizada em 04 de agosto de 2021 e os recursos provenientes da emissão foram primariamente destinados a quitação e refinanciamento do empréstimo contratado junto do IFC, finalizada em 09 de agosto de 2021. Os recursos excedentes foram destinados para gastos e despesas para implantação do Projeto, incluindo a cobertura dos gastos adicionais incorridos no projeto em razão da pandemia. O refinanciamento do IFC proporciona uma melhora no perfil da dívida da Companhia, com redução das taxas de juros e alongamento do período de amortização.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contexto operacional --- Continuação

Em 17 de setembro de 2021, a GNA Infra e SPIC realizaram um mútuo para a GNA II, no valor de R\$156.287, com remuneração indexada ao CDI, a fim de garantir os pagamentos referentes ao *Limited Notice to Proceed* do contrato EPC da Térmica.

Em 22 de setembro de 2021, a Siemens Energy Finance B.V. realizou um empréstimo para a GNA II, no valor de EUR 13.700, com remuneração indexada a EURIBOR a fim de garantir os pagamentos referentes ao *Limited Notice to Proceed* do contrato EPC da Térmica. Para a exposição cambial advinda deste contrato a GNA II celebrou um contrato de SWAP de EUR para CDI +.

Em 17 de novembro de 2021, BP Global Investments Limited ("BPGIL"), Gás Natural Açu S.A. ("GNA"), Gás Natural Açu Infraestrutura SA ("GNA Infra"), Prumo, Siemens Energy Finance BV ("SEF"), Siemens Gas and Power Holding, BV ("SGPH"), Siemens Energy Inc., SPIC Brasil Térmicas e Participações SA ("SPIC"), GNA II, e, como interveniente- anuentes, Siemens Participações Ltda. ("Siemens Par") e GNA I firmaram o Contrato "Notice to Proceed Agreement" ("Contrato NTP"), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outros Covenants da GNA II ("GNA II SPA"), o Contrato de Mútuo BPGIL, Contrato de Mútuo SPIC, Contrato de Empréstimo SEF (em conjunto, os "Empréstimos NTP") e documentação acessória.

O Contrato NTP é o acordo principal que prevê regras sobre diversos assuntos relacionados à operação, com destaque para (i) a emissão, pela GNA II, do *Notice to Proceed* ("NTP") no âmbito do Contrato de Engenharia, Aquisição e Construção ("Contrato EPC TPP GNA II"), celebrado entre a GNA II, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21 de janeiro de 2020, conforme alterado; (ii) a execução dos Empréstimos NTP entre GNA II, por um lado, e BPGIL, SPIC e SEF, por outro; (iii) a alienação das ações GNA II detidas pela GNA Infra à BPGIL e SGPH mediante a celebração do GNA II SPA; (iv) o aditamento ao Acordo de Acionistas GNA II a ser celebrado no Closing do GNA II SPA; (v) a transferência das ações GNA II da Siemens Par para a SGPH, entre outros assuntos.

De acordo com os Empréstimos NTP, BPGIL, SPIC e SEF concederam empréstimos à GNA II para cobrir, entre outros custos, o pagamento do NTP sob o Contrato EPC TPP GNA II, antes do *Financial Closing*, e custos e despesas relacionados ao projeto GNA II.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional --- Continuação

De acordo com o GNA II SPA, na data do *Closing*, a GNA Infra venderá e transferirá todas as suas ações da GNA II para SGPH e BPGIL, ou qualquer de suas afiliadas. A consumação de tal operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no contrato, tais como a aprovação das autoridades de defesa da concorrência, anuência do BNDES, entre outras.

Em conformidade com os contratos assinados em 17 de novembro de 2021 e em 18 e 29 de novembro de 2021, a SPIC realizou mútuos para a GNA II, no valor total de R\$ 420.000, com remuneração indexada ao CDI, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do *Notice to Proceed* do contrato EPC da Térmica.

Em conformidade com os contratos assinados em 17 de novembro de 2021, em 19 de novembro de 2021, a Siemens Energy Finance B.V. realizou um empréstimo para a GNA II, no valor de EUR 142.126, com remuneração indexada a EURIBOR, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do *Notice to Proceed* do contrato EPC da Térmica. Para a exposição cambial advinda deste contrato a GNA II celebrou um contrato de SWAP de EUR para CDI +.

Em conformidade com os contratos assinados em 17 de novembro de 2021, em 19 de novembro de 2021, a BP Global Investments Limited realizou um mútuo para a GNA II, no valor de US\$122.085, com remuneração indexada ao US\$ LIBOR, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do *Notice to Proceed* do contrato EPC da Térmica. Para a exposição cambial advinda deste contrato a UTE GNA II celebrou um contrato de SWAP de US\$ para CDI+.

Após recebimento dos mútuos, a GNA II implementou sua estratégia de Hedge a fim de cobrir 100% da exposição cambial do projeto, contratando NDFs para o curto prazo e constituindo aplicações financeiras em moeda forte a fim de garantir um *Hedge* Natural para os pagamentos de longo prazo.

Em novembro de 2021, após a emissão do *Notice to Proceed*, o Consórcio formado por Siemens e Andrade Gutierrez, responsável pelo contrato EPC da Térmica, iniciou os trabalhos de supressão vegetal e terraplanagem.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Licenças e autorizações

Licenças ou autorizações novas ou renovações emitidas em 2021.

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Reserva Ambiental Caruara	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI n° IN009339	16/06/2021	16/06/2023
Porto do Açu	Licença para fundeio, atracação e prestação de serviços de apoio na área do Terminal de Uso Privado - TUP Molhe Sul e no canal do T2, incluindo apoio logístico e portuário (abastecimento de água e energia, fornecimento de combustíveis, materiais e produtos químicos, coleta e destinação de todos os tipos de residuos e efluentes contidos nas embarcações); reparos, manutenção e montagem eletromecânica em embarcações (limpeza de tanques, movimentação, instalação, inspeção, reparo e testes de equipamentos, limpeza e pintura de casco), fornecimento de combustíveis; mobilização temporário (cargas gerais e químicas).	LO N° IN052580	30/12/2021	26/12/2033
Águas Industriais	Outorga que autoriza a captação de água no poço T2-5. Objeto detalhado: "extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, na quantidade e sob as condições constantes deste documento, sujeitos à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, em consonância com o § 1º do art. 27 da Lei Estadual nº 3.239/99. Número CNARH: 33.0.0289908/20 Ponto: Poço T2-5 Código de interferência: 1119684 Vazão máxima instantânea: 95,0 m³/h Vazão média: 95,0 m³/h Volume máximo diário: 1.900,0 m³/dia Tempo: 20 h/d Período: 30 d/mês Coordenadas geográficas: Lat. 21° 52' 33,0" S e Long. 41° 2' 0,7" O ATUM: SIRGAS2000 Lançamento informativo: Volume máximo diário de 78,32 m³ realizado em um canal de navegação artificial conectado diretamente ao mar, denominado pelo requerente de Canal do terminal 2."	Out n° IN010339	08/10/2021	08/10/2026



Participação acionária

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Empresas do Grupo Prumo

		i articipação acionana		
	País	2021	2020	
Controladas diretas				
Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu") (a)	Brasil	98,26%	98,33%	
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	Brasil	100,00%	100,00%	
NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX") (b)	Brasil	50,00%	50,00%	
Açu Petróleo S.A. ("Açu Petróleo") (g)	Brasil	-	60,00%	
Gás Natural Açu S.A. ("GNA") (c)	Brasil	70,00%	70,00%	
Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo Participações")	Brasil	100,00%	100,00%	
Heliporto do Açu S.A. ("Heliporto") (g)	Brasil	100,00%	100,00%	
Açu Petróleo Investimentos S.A. ("Açu Investimentos")	Brasil	100,00%	100,00%	
Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("Prumo Navegação")	Brasil	99,99%	100,00%	
Rochas do Açu Ltda. ("Rochas do Açu")	Brasil	99,00%	99,00%	
Açu Energia Renovável Ltda. ("Açu Energia")	Brasil	99,00%	99,00%	
GNA Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III") (d)	Brasil	50,00%	50,00%	
CL RJ 012 Empreendimentos e Participações S.A. ("CL RJ 012")	Brasil	100,00%	-	
Controladas indiretas				
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (e)	Brasil	50,00%	50,00%	
Açu Petróleo S.A. ("Açu Petróleo")	Brasil	80,00%	20,00%	
Açu Petróleo Luxembourg S.A.R.L ("AP Lux"")	Brasil	80,00%	-	
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu Ltda. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%	
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	98,99%	99,05%	
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%	
Pedreira Sapucaia Ind. e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%	
Águas Industriais do Açu S.A. ("antiga EBN") ("Águas Industriais")	Brasil	100,00%	100,00%	
SNF - Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%	
UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I")	Brasil	44,89%	67,00%	
UTE GNA II Geração de Energia Ltda. ("GNA II")	Brasil	44,88%	66,99%	
GNA Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III")	Brasil	-	50,00%	
Gás Natural Açu Infraestrutura Š.A. ("GNÀ Infra")	Brasil	93,018%	93,19%	
Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Prumo	Brasil	99,99%	99,99%	
Dome Serviços Integrados ("Dome") (f)	Brasil	50,00%	50,00%	

⁽a) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 1,74% do Port of Antwerp International NV ("PAI")

⁽b) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela BP Global Investment Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações;

⁽c) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 30% da BP Global Investment Limited;
(d)Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela BP Global Investment Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações;

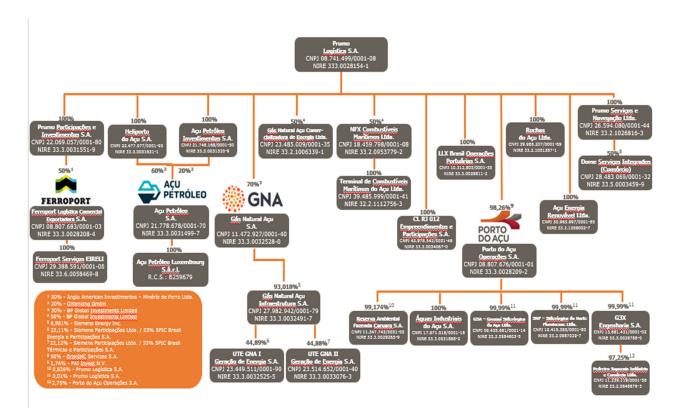
⁽e) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo Participações e pela Anglo American, detendo cada acionista 50% das ações; e

⁽f) O Consórcio Dome é constituído pelas empresas Prumo Serviços e Navegação Ltda. e Granenergia Navegação S.A., com participações iguais

⁽g) A Companhia efetuou subscrição de capital na Heliporto com o seu investimento na Açu Petróleo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)





Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB"*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem os ativos diferidos da controlada Porto do Açu e do empreendimento controlado em conjunto Ferroport, que terminarão de ser amortizados em 2025 e 2024, respectivamente, refletidos na controladora por equivalência patrimonial. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecida em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS. A amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecida no resultado do exercício pelas subsidiárias e por consequência por equivalência patrimonial na controladora.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Administração da Prumo avaliou e então concluiu que não existe incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação.

Em 30 de março de 2022, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras — Continuação

b) Base de preparação

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustada para refletir (i) valor justo por meio do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, com a exceção da Açu Petróleo, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, incertezas relacionadas a premissas e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

 Nota explicativa 03 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras -- Continuação

- Nota explicativa 10 reconhecimento de ativo fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos ficais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 15 equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- Nota explicativa 17 teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperável, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 24 reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 25 prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- Nota explicativa 26 (26.2) Efeito na alienação de investimentos atualização a valor presente da indenização

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário:

e) Base de consolidação

e.1 Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e passa a reconhecer o resultado das operações dessa antiga controlada pelo método de equivalência patrimonial a partir do mês em que ocorre a perda de controle, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada ao seu valor justo na data em que há a perda de controle.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras -- Continuação

A Companhia utilizou como base o CPC 36 (R3) B99 e ICPC 09 (R2) e reclassificou para resultado do período os de ganhos reconhecidos até a data da perda de controle, anteriormente classificados como outros resultados abrangentes.

e.2 Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

e.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras -- Continuação

e.4 Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que:

- Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário:

a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionista não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da controlada.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (joint ventures).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis---Continuação

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Quando classificadas como entidades controladas em conjunto, existem acordos contratuais que permitem à Companhia controle compartilhado da entidade e dão ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis—Continuação

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, Real, das entidades do Grupo Prumo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico, em moeda estrangeira, e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses, títulos adquiridos com a intenção de manter o papel até o vencimento ou investimentos para negociação encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis—Continuação

O Caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AAA, baseado nas agências S&P, Moodys e Fitch.

O *impairment* estimado no caixa e equivalente de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O caixa e os equivalentes de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

d) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Ao ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos.

A Companhia reconhece inicialmente os recebíveis e os títulos de dívida emitidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumento de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Hedges de fluxo de caixa

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("*forward points*") é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

v. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivo financeiro

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Prumo e suas subsidiárias concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta,
- Outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar, e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

h) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

i) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC *Industrial Hub/T-Mult*, conforme CPC 01, e identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas da GNA.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas ("forward-looking").



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias:
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em uma situação normal;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

j) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

k) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

Em 7 de maio de 2018, a Prumo passou a ser uma Companhia fechada, conforme nota explicativa nº 1. Foi constituído e aprovado pelo Conselho de Administração o novo plano em substituição ao anterior, o *Phantom Options*, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.

I) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

m) Receita operacional

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS15 a partir de 2018, e de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle- em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

As principais receitas do Grupo são provenientes de:

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

(ii) Serviços portuários

Trata-se de movimentação e armazenagem de cargas voltadas a importação e exportação de produtos.

(iii) Serviços de transbordo

Trata-se do processo de transferência de petróleo entre navios. As receitas são reconhecidas pelo regime de competência na qual os serviços são prestados.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do quociente entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são relatados à Diretoria da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

r) <u>Demonstrações de valor adicionado</u>

A Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionados ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas para as Companhias de capital aberto no Brasil, enquanto para IFRS é considerada uma informação suplementar.

s) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

t) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

u) Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos e passivos não circulantes ou grupo de ativos e passivos mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos e passivos, ou grupo de ativos e passivos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Políticas contábeis--Continuação

Em atendimento a norma CPC 31/IFRS 5 - ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas, a Companhia evidenciou em suas demonstrações financeiras os efeitos das operações descontinuadas nas:

- Demonstrações do resultado do exercício;
- Demonstrações dos resultados abrangentes;
- Demonstrações do fluxo de caixa;
- Nota explicativa 15 Investimentos;
- Nota explicativa 17 Imobilizado;
- Nota explicativa 18 Intangível;
- Nota explicativas 26 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas;
- Nota explicativa 25 Direito de uso e passivo de arrendamento

v) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram emitidas e ainda não entraram em vigor. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolida	ado
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	324	143	21.576	11.418
Equivalentes de caixa				
CDBs	107.245	133.964	139.977	134.623
Operações compromissadas	78.779	5.900	144.074	172.192
	186.024	139.864	284.051	306.815
Provisão de perda estimada (-)	(30)	(35)	(60)	(23)
	185.994	139.829	283.991	306.792
	186.318	139.972	305.567	318.210

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósitos bancários (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito--Continuação

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos públicos	32.575	24.974	32.575	24.997
FI cambial (*)			137.281	420.992
	32.575	24.974	169.856	445.989
Provisão de perda estimada (-)		(4)	-	(27)
	32.575	24.970	169.856	445.962

^(*) A redução da FI cambial está relacionada a redução de capital da Açu Petróleo.

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo. O Fundo de Investimento Cambial é administrado junto ao Banco BNP Paribas. A Companhia designou os investimentos deste fundo porque representam investimentos que a Companhia pretende manter em um prazo superior a 90 dias para fins estratégicos. Sua classificação financeira é valor justo por meio do resultado. Por sua vez, seus ganhos e perdas impactam o resultado da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

6. Caixa e equivalente de caixa, Títulos e Valores mobiliários e Caixa restrito – Continuação

c) Caixa restrito

	Controlad	ora	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa restrito	33.463	64.198	51.801	289.155
	33.463	64.198	51.801	289.155

O valor de R\$18.338 (R\$224.957 em 31 de dezembro de 2020) consiste em montantes depositados em conta bancária no percentual de 15% sobre os recursos recebidos pela Porto do Açu, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, previsto no contrato de refinanciamento firmado junto aos credores da Porto do Açu. Esses recursos serão utilizados como "Garantia" ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

O CDB da Prumo no valor de R\$33.463 junto aos Banco ABC Brasil não está disponível para utilização imediata, devido ao contrato de garantia de carta de crédito com o banco emissor.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Depósitos bancários vinculados

	Consolid	ado
	2021	2020
Porto do Açu (a)	4.056	4.025
GSA	24	1
Açu Petróleo (b)	108.241	100.797
Prumo Participações (c)	63.793	60.961
GNA Infra (d)	146.647	-
	322.761	165.784
Provisão de perda esperada (-)	(16)	(46)
	322.745	165.738
0: 1 1	044.000	04.050
Circulante	211.262	61.850
Não circulante	111.483	103.888

- (a) Os recursos de titularidade da Porto do Açu, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigações de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014;
- (b) Os depósitos vinculados da Açu Petróleo se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior e do novo desembolso ocorrido em 26 de junho de 2020, referentes a operação de financiamento descritas nos itens v, vi e vii da nota explicativa nº 22 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento;
- (c) A Prumo Participações possui duas contas reserva referentes ao contrato de financiamento: A Conta Reserva do Serviço da Dívida ("DSRA"), que possui o valor de 6 meses de pagamento do principal mínimo acrescido do juro devido do período; e a Conta Reserva de Pagamento Alvo ("TARA"), que é preenchida com o valor que exceder o montante devido para cada data de pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, a DSRA contava com R\$63.792 (R\$63.793 R\$(1) de perda esperada) e a TARA está com saldo zero, porque neste período, foi totalmente preenchida e depois totalmente utilizada devido ao evento de resgate obrigatório, referente nota explicativa nº 22 (vi) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures; e
- d) Em 28 de janeiro de 2021 a GNA Infra constituiu depósitos vinculados junto ao Citibank Brasil, agente de contas dos financiadores da GNA I, no montante de R\$142.891, conforme acordado com os financiadores da GNA I e conforme estabelecido nos contratos de financiamento, foi aplicado em um fundo de investimentos do BNPP, como *escrow account* para garantia de serviço da dívida da GNA I. E no segundo trimestre foi transferido para mútuo o montante de R\$95.223, e em 09 de agosto de 2021 houve o pagamento do mútuo sem juros, retornando para conta Escrow, com rendimento até dezembro de 2021 de R\$3.756.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

8. Clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Cessão do direito real de superfície (a)	80.673	91.398
Serviços portuários (b)	13.532	14.540
Serviços de transbordo de petróleo (c)	35.386	21.561
Outros	1.164	1.401
	130.755	128.900
Provisão de perdas estimadas	(1.072)	(20.396)
	129683	108.504
Circulante	81.373	40.188
Não circulante	48.310	68.316

- (a) Cessão do direito de superfície de terrenos do Porto do Açu, relativo aos clientes: Technip, NOV, Intermoor, Edson Chouest, Oceanpact, NFX, VIX Logística e Duro Felgueira.
- (b) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas, soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção; e
- (c) Serviços de transbordo de petróleo referente à subsidiária Açu Petróleo.

O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 15% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na Nota explicativa nº 06 item c – Caixa restrito.

A Companhia possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens:

- Demonstrações financeiras
- Rating do Serasa

A maior parte dos recebíveis que a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021 foi decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

	Consolidado
Saldo em 2020 Reversões	(20.396) 19.324
Saldo em 2021	(1.072)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

_	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto sobre serviços ("ISS")	7	5	31	150
Imposto sobre circulação de mercadorias ("ICMS")	-	-	1.653	3.005
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	2.430	-	21.085	26.561
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	2.052	5.705	7.055	25.614
Imposto de renda retido sobre mútuo	1.784	1.444	1.844	1.527
Crédito não cumulativo ("PIS") (a)	-	-	8.682	2.709
Crédito não cumulativo ("COFINS") (a)	-	-	36.515	4.370
Outros	201	220	3.027	5.145
	6.474	7.374	79.892	69.081
Circulante	6.470	7.372	56.590	64.213
Não circulante	4	2	23.302	4.868

(a) Em 2021, com base no Parecer COSIT 5 de 2018 da Receita Federal do Brasil, a Porto do Açu revisou as bases fiscais de Pis e Cofins e apurou o montante de R\$65.095 em créditos fiscais, dos quais R\$23.038 já foram compensados ao longo do ano, restando um saldo a compensar de R\$42.057. A principal modificação trazida por este normativo foi o conceito de insumo, uma vez que a avaliação da essencialidade e relevância do bem ou serviço passaram a ser consideradas premissas relevantes para a apropriação dos créditos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado de R\$45.197 de Pis e Cofins não cumulativos, sendo que a Porto do Açu tem saldo credor de créditos extemporâneos sobre ativo imobilizado (nota explicativa nº 17) no valor de R\$7.906 de Pis e R\$34.151 de Cofins, e outros R\$270, contabilizados em curto e longo prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos de R\$107 e passivos de R\$(192.119), totalizam o valor líquido de R\$(192.012) em 31 de dezembro de 2021 (R\$121.256 em 31 de dezembro de 2020), têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	85.863	82.440	1.215.265	984.198
Base negativa de contribuição social	30.911	29.678	438.897	354.311
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	-	-	28.306	34.577
Provisão para PLR	-	_	4.663	4.005
Provisão para perda - LLX Brasil	-	_	-	16.812
Provisão para perda em investimentos	-	-	14.970	14.970
Provisão para perda estimada créditos	-	-	16.833	22.431
Provisão outras taxas	-	-	2.666	2.666
Despesas pré-operacionais - GNA	-	-	-	26.622
Provisão variação cambial – efeito caixa	-	-	49.620	-
Provisão (reversão) perda s/imobilizado	-	-	26.247	30.833
Provisão contingências	-	-	560	915
Apropriação Crédito PIS e COFINS	-	-	17.335	-
Diferença de Taxa de Depreciação	-	-	(11.091)	-
Outros	4.403	<u> </u>	13.497	279
Total de créditos fiscais diferidos ativos	121.177	112.118	1.817.768	1.492.619
Imposto diferido passivo				
Diferença temporária – GNA Infra	-	-	(24.726)	-
Diferença de base passiva - Açu Petróleo	-	-	(167.393)	(133.254)
Total de impostos diferidos passivos		-	(192.119)	(133.254)
IR diferido não reconhecido (b)	(121.177)	(112.118)	(1.817.661)	(1.480.621)
Total de impostos diferidos	-		(192.012)	(121.256)

⁽a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açu passou a constituir provisão para não realização do crédito fiscal diferido. Em 31 de dezembro de 2021 a controladora constituiu provisão no valor de R\$1.307.064, na Prumo Participações no valor de R\$152.712, Açu Petróleo no valor de R\$107.903 e outras no valor de R\$249.982.

.

⁽b) Trata-se de IR diferido n\u00e3o reconhecido decorrente de preju\u00edzo fiscal e base negativa, al\u00e9m da controladora, proveniente das controladas Porto do A\u00e7u, LLX Brasil, GNA, GNA Infra, A\u00e7u Investimentos, G3X, GSA, SNF, PSN, Heliporto, A\u00e7u Energia, Rochas do A\u00e7u e CL RJ 012 em fun\u00e7\u00e3o da aus\u00e8ncia de expectativa concreta de resultados tribut\u00e1veis futuros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Depósitos restituíveis

52.491

52.491

Porto do Açu

	2020	(Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	2021
Porto do Açu	55.239	(9.291)	10.015	2.781	58.744
=	55.239	(9.291)	10.015	2.781	58.744
(*) Reversão de provisá	ăo de perda diant	e do êxito de nova e	estratégica jurídica.		
	2019	(Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	2020

6.229

6.229

3.357

3.357

55.239

55.239

(6.838)

(6.838)

Durante o ano de 2021, a Porto do Açu recuperou o montante de R\$9.291 (R\$6.838 em 31 de dezembro de 2020) que estava depositado em juízo, devido a autorizações judiciais obtidas em processos envolvendo os mencionados terrenos adquiridos pela Companhia. O levantamento pela Companhia dos valores das ações de desapropriação de áreas por ela adquiridas é autorizado pelo Poder Judiciário, em regra, quando existe regularização do título de propriedade e comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, na forma da lei, consolidando uma melhora significativa do prognóstico de recuperabilidade, que por sua vez, justifica a reversão de provisão de perda em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$10.015 (R\$6.229 em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolid	ado
	2021	2020
Porto do Açu (*)	10.402	10.070
Prumo	496	517
Outros	545	-
	11.443	10.587

^(*) Depósito referente ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 6 de outubro de 2010 ("Contrato"). Em 31 de dezembro de 2021, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$10.139 (R\$9.877 em 31 de dezembro de 2020) e R\$263 (R\$193 em 31 de dezembro de 2020) referente a outras diversos depósitos do âmbito trabalhista e outros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

13. Debêntures OSX

	<u>Consolidado</u>		
	2021	2020	
Debêntures	659.393	659.393	
Empréstimos DIP	10.961	10.961	
	670.354	670.354	
(-) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(10.961)	(10.961)	
Total	659.393	659.393	

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716, nas seguintes condições:

Data de vencimento: 20 anos

Pagamento do Principal e juros: em uma única parcela, na data do vencimento Cálculo dos juros remuneratórios a.a: 100% do CDI

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açu concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Debêntures OSX---Continuação

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$444.376 até 31 de dezembro de 2021 (R\$396.521 em 31 de dezembro de 2020), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

Em 24 de novembro de 2020, foi proferida sentença que decretou o encerramento da recuperação judicial da OSX, tendo sido declarado que "o plano de recuperação judicial foi cumprido quanto às obrigações vencidas no prazo de 2 (dois) anos, após a sua concessão, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/05" e que "os credores (...) continuarão com direito reconhecido ao crédito e, caso não exista pagamento voluntário, poderão cobrá-lo individualmente e, inclusive, se utilizar do pedido falência". Tal decisão judicial não é definitiva, por ser ainda passível de recurso.

Por mais que tenha havido a declaração de cumprimento das obrigações vencidas no prazo de 2 anos após a concessão da recuperação judicial, a OSX possui obrigações de médio e longo prazo cuja inadimplência poderá impactar a classificação contábil do crédito detido pela Porto do Açu em face da OSX nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nos fundamentos expostos pela sentença – amparados pelas conclusões do administrador judicial - a Companhia concluiu que, neste momento, não existe modificação relevante quanto ao crédito detido contra a OSX a ser reportado nas informações das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Créditos e obrigações com terceiros

(a) Créditos com terceiros

	Consolidado	
	2021	2020
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Perda estimada sobre recebíveis	(3.203)	(3.203)
Total OSX (*)	80.015	80.015
Outros	16	411
	80.031	80.426
Circulante		395
Não circulante	80.031	80.031

^(*) O montante de R\$80.015 é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX, (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu, (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

(b) Obrigações com terceiros

Consolida	ıdo
2021	2020
20.023	19.880



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos

a) Participações societárias

						2021							
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Opções de compras de ações	Ágio na emissão de ações	Reserva de lucros	Ganho na variação percentual	Ganho na variação cambial	Resultado acumulado
Porto do Açu	98,26%	3.330.614	4.969.192	5.509.967	(540.775)	3.330.614	159.752	1.369	-	20.139	96	-	(4.052.745)
LLX Brasil	100,00%	104.780	801	1	800	104.780	-	-	-	-	-	-	(103.980)
Prumo Participações	100,00%	820.362	1.211.879	1.552.816	(340.936)	10	-	-	-	2	-	-	(340.948)
NFX	50,00%	73.430	393.052	319.041	74.011	155.930	-	-	-	-	-	-	(81.919)
Açu Petróleo	60,00%	447.042	2.133.545	1.443.042	690.503	213.262	-	-	29.451	-	-	448.900	(1.110)
Açu Petróleo Investimentos	100,00%	898	138.128	491.591	(353.463)	898	-	-	-	-	(126.545)	90.442	(318.258)
GNA	70,00%	367.377	1.051.786	3.669	1.048.117	627.479	-	-	627.479	34.718	(31.422)	1.189	(211.326)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	54.617	48.559	6.058	14.915	99	-	-	-	`	-	(8.857)
Heliporto (i)	100,00%	416.323	414.317	478	413.839	416.323	-	-	-	1.534	3	(4.021)	-
Rochas do Açu	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Açu Energia	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

⁽i) Em 17 de dezembro de 2021, a Prumo deliberou o aumento de capital na companhia Heliporto, mediante a emissão de ações ordinárias, no montante de R\$416.251, referente a transferência de participação na empresa Açu Petróleo. O laudo do valor de transferência foi efetuado por avaliadores externos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos

a) Participações societárias -- Continuação

							2020						
							Adiantamento	Opções				Ganho na	
		Quantidade					para futuro	de	Ágio na		Ganho na	variação	
Controladas diretas (incluindo		ações/quotas			Patrimônio	Capital	aumento de	compras	emissão de	Reserva de	variação	cambial	Resultado
controle em conjunto)	%	(mil)	Ativo	Passivo	líquido	social	capital - AFAC	de ações	ações	lucros	percentual		acumulado
Porto do Açu	98,33%	2.934.929	5.306.610	5.237.635	68.975	2.934.929	391.128	1.369	-	-	20.140	105	(3.278.696)
LLX Brasil	100,00%	104.780	784	1	783	104.780	-	-	-	-	-	-	(103.997)
Prumo Participações	100,00%	820.362	1.189.750	1.494.365	(304.615)	10	-	-	-	2	-	-	(304.627)
NFX	50,00%	73.430	185.708	109.922	75.786	155.930	-	-	-	-	-	-	(80.144)
Açu Petróleo	60,00%	447.042	2.375.260	1.424.571	950.689	588.262	-	-	29.451	-	-	418.929	(85.953)
Açu Petróleo Investimentos	100,00%	898	190.168	527.466	(337.298)	898	-	-	-	-	(126.545)	84.450	(296.101)
GNA	70,00%	367.377	1.131.648	17.204	1.114.444	623.168	-	-	623.168	-	24.093	-	(155.986)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	44.438	48.252	(3.814)	11.336	-	-	-	-	-	-	(15.150)
Heliporto	100,00%	70	15	-	15	70	-	-	-	-	-	4	(59)
Rochas do Açu	99,00%	1	1	-	1	1	-			-	-	-	-
Açu Energia	99,00%	1	1	-	1	1	-			-	-	-	-

^(*) Os investimentos nessas controladas diretas com patrimônio líquido negativo, junto com lucros não realizados de mútuo de R\$129.411 e ágio da Açu Petróleo Investimentos no valor de R\$ 8 compõem a provisão para perda de investimento.



Provisão para

374.086

(994.783)

1.441.300

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1.456.108

557.350

Adiantamento

(204.653)

15. Investimentos--Continuação

b) Movimentações - Controladora

		Aumento de	para futuro aumento		variação cambial-	Lucro não	participação		perda em	Equivalência	
Controladas diretas	2020	Capital	de capital - AFAC	Dividendos	reflexa	realizado	societária	Outros	investimentos	patrimonial	2021
Porto do Açu	51.901	395.685	(231.376)	-	-	-	-	(6.665)	551.037	(760.582)	-
LLX Brasil	783	-	· · · · · · · · · · · · · · · ·	-	-	-	-	-	-	17	800
Prumo Participações	-	-	-	-	-	3.338	-	-	32.983	(36.321)	-
NFX	37.893	-	-	-	-	-	-	-	-	(887)	37.006
Açu Petróleo	570.414	(225.000)	-	-	22.003	-	(416.252)	-	-	48.835	-
Açu Petróleo Investimentos	-	-	-	-	5.989	-	-	-	16.170	(22.159)	-
Gás Natural	780.111	2.393	-	-	(7.743)	-	-	(2.337)	-	(38.738)	733.686
Heliporto	15	416.253	-	(479)	(4.021)	-	-	-	-	2.071	413.839
Prumo Serviço de Navegação	-	3.480	99	` _	` -	-	-	-	(3.813)	6.293	6.059
Outras	183	-	-	-	-	-	-	10	- '	(12)	181
	1.441.300	592.811	(231.277)	(479)	16.228	3.338	(416.252)	(8.992)	596.377	(801.483)	1.191.571
		A	Adiantamento		Ganho/perda pela		T		Provisão para	F	
controladas diretas	2019	Aumento de Capital	para futuro aumento de capital - AFAC	Dividendos	variação cambial- reflexa	Lucro não realizado	Transferência para GNA	Outros	perda em investimentos	Equivalência patrimonial	2020
Porto do Açu		849.581	(198.452)		- I GIIGAG	realizado	para ONA	(18.478)	(44.862)	(535.888)	51.901
LLX Brasil	776	049.501	(190.432)	-	-	-	-	(10.470)	(44.002)	(333.000)	783
Prumo Participações (*)	(96.330)	-	-	(36.410)		3.329	-	-	434.038	(304.627)	700
NFX	47.604	-	-	(30.410)	-	3.329	-	-	434.030	(9.711)	37.893
Açu Petróleo	700.718	(306.600)	-	-	208.206	-	-	-	-	(31.910)	570.414
Açu Petroleo Investimentos	700.710	226	(136)	-	70.286	-	-	-	(12.699)	(57.677)	370.414
Gás Natural	803.149	6.100	(130)	-	16.715	-	-	(4.909)	(12.099)	(40.944)	780.111
Heliporto	003.149	0.100	- 11	-	10.713	-	-	(4.909)	-		
Prumo Serviço de Navegação	0	8.043	(6.076)	-	-	-	-	-	1.384	(2) (3.351)	15
GNA II	-	6.043	(6.076)	-	-	-	- 14.457	-	(3.778)	(3.351)	-
Outros	185	-	-	-	-	-	14.457	(4)	(3.776)	(10.079)	193

Ganho/perda pela

Transferência de

(23.391)

14.457

(36.410)

295.207

3.329

^(*) O valor de R\$434.038 é o somatório da reversão de lucros não realizados dos juros sobre mútuo de R\$(129.411) e resultado do exercício de R\$304.627 com a empresa Ferroport, e; (**) R\$14.457 referente a transferência de participação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de participações societárias consolidado é de R\$1.710.210 (R\$786.175 em 31 de dezembro de 2020) variou significativamente em comparação ao ano de 2020, devido a desconsolidação da GNA I e GNA II.

O valor consolidado em investimentos é composto da seguinte maneira:

- 1) R\$37.006 (R\$37.893 em 31 de dezembro de 2020) se referem à participação da Prumo na empresa NFX;
- 2) R\$971.387 (R\$748.274 em 31 de dezembro de 2020) se referem à participação na Ferroport, sendo R\$971.775 referentes ao investimento direto da Prumo Participações e R\$(388) se referem ao aluguel da Ferroport com a Reserva Caruara não eliminado na Porto Açu; e
- 3) R\$701.810 é referente a participação indireta da Prumo na GNA I e GNA II
- 4) R\$7 é referente a outros investimentos.

• Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ('impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente se há indicativos de desvalorização e verifica potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis de cada uma de suas UGCs. São elas:

- Administração de Retroárea (Industrial Hub & T-Mult);
- T-Oil:
- T-Gás; e
- Portuário

A Companhia considera suas atividades de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção *offshore* e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica como uma UGC T-Gás, onde identificou indicadores de perda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes - UGC T-Gás

Em face a discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado entre a bpGM e a Companhia em 17 de novembro de 2021.

Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos e externos:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos; e
- Taxa de desconto efetiva custo de capital próprio efetivo "ke" de 11,79%. O Custo de capital próprio foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "Unlevered Beta". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada.

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da Companhia. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da Companhia onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da Companhia considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044.

Em 31 de dezembro de 2021, após revisão do teste de *Impairment*, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da GNA I.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma UGC Industrial Hub/*T-Mult* onde identificou indicadores de perda, conforme mencionado na nota explicativa 17 – Imobilizado.

A Companhia não identificou indicadores de *impairment* para as demais UGCs T-Oil e Portuário.

16. Propriedades para investimento

	Consolidado								
	2020	Adição	Baixa	Impairment	2021				
Porto do Açu (a)	447.067	3.237	(16.781)	13.616	447.139				
GSA	31.695	-	-	-	31.695				
Reserva Ambiental	5.244	-	(25)	-	5.219				
SNF	42.925	-	(28)	-	42.897				
	526.931	3.237	(16.834)	13.616	526.950				
		Consolidado							
	2019	A	dição	Transferência	2020				
Porto do Açu GSA	441.029 31.695		868	5.170	447.067 31.695				
Reserva Ambiental	5.244		-	-	5.244				
SNF	42.925		_	_	42.925				
0141	72.020								

 ⁽a) Em 2021, a companhia vendeu ativos cujos valores contábeis de R\$13.616 já haviam sido provisionados como impairment em 2019, conforme nota explicativa nº 17 – Imobilizado. A Companhia reverteu a provisão e realizou a baixa efetiva do valor contábil dos ativos vendidos



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Propriedades para investimento--Continuação

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.883.030 equivalente a 1.916 mil m² da área total (R\$1.522.916 em 31 de dezembro de 2020). Para os não arrendados equivalente a 505 mil m² da área total a Companhia calculou o valor justo (não auditado) em R\$3.436.664 (R\$2.632.182 em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 assim se apresenta:

	Consolidado		
	2021	2020	
Prumo	3.076	2.790	
Porto do Açu	2.788.464	2.916.183	
Reserva Ambiental Caruara	13.842	9.407	
Pedreira Sapucaia	462	462	
Açu Petróleo	1.764.023	1.709.784	
GNA	7.647	5.822	
GNA Infra	601	389	
Águas Industriais	7.856	3.078	
Prumo Navegação	9.749	3.945	
	4.595.720	4.651.860	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado—Continuação

					Conso	lidado			
			Edificações,					Crédito	
	Instalações		benfeitorias e	Máquinas e	Obras em			de	
	portuárias	Terrenos	instalações	equipamentos	andamento	Adiantamento	Outros	Pis/Cofins	Total
Taxa anual de depreciação	3,37%		5,32%	10,19%			10,54%	3,06%	
Saldo em 2020	3.934.904	207.652	213.957	207.292	82.992	1.804	3.259	-	4.651.860
Adição	10.151	-	4.033	8.926	74.478	725	931	-	99.244
Transferência	79.498	831	15.903	(1.295)	(94.937)	-	-	-	-
Baixa	(397)	(1.992)	(128)	(410)	(7.065)	(1.504)	(469)	-	(11.965)
Efeito de conversão	100.682	8.891	396	11.617	4.445	102	140	-	126.273
Depreciação	(176.923)	-	(14.658)	(26.380)	-	-	(745)	-	(218.706)
Crédito de Pis / Cofins	-	-	-	` -	-	-	· -	(50.986)	(50.986)
Saldo em 2021	3.947.915	215.382	219.503	199.750	59.913	1.127	3.116	(50.986)	4.595.720
Custo	4.849.638	215.382	300.013	416.735	59.913	1.127	11.686	_	5.854.494
Depreciação acumulada	(901.723)	-	(80.510)	(216.985)	-	-	(8.570)	-	(1.207.788)
Crédito de Pis / Cofins	-	-	-	-	-	-	-	(50.986)	(50.986)
Saldo em 2021	3.947.915	215.382	219.503	199.750	59.913	1.127	3.116	(50.986)	4.595.720

Consolidado							
Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	Total
3,06%		5,20%	10,81%		3,70%	3,70%	
3.749.619	172.052	219.555	172.386	3.238.300	14.512	2.697	7.569.121
-	-	2.801	13.097	886.320	75.283	598	978.099
31.310	8.580	4.402	(12.859)	(43.309)	(5.170)	(2)	(17.048)
-	-	-	(1.387)	9.084	(19)	-	7.678
295.451	27.020	295	65.314	621	6.652	1.578	396.931
-	-	-	(819)	(4.008.024)	(89.454)	(354)	(4.098.651)
(141.476)		(13.096)	(28.440)	-		(1.258)	(184.270)
3.934.904	207.652	213.957	207.292	82.992	1.804	3.259	4.651.860
4.644.589	207.652	279.755	388.744	82.992	1.804	11.881	5.617.417
(709.685)	-	(65.798)	(181.452)	-	-	(8.622)	(965.557)
3.934.904	207.652	213.957	207.292	82.992	1.804	3.259	4.651.860
	907447188 3,06% 3,749.619 31.310 295.451 (141.476) 3.934.904 4.644.589 (709.685)	Terrenos 3,06% 3,749.619 172.052 31.310 8.580 295.451 27.020 (141.476) - (141.476) 3.934.904 207.652 4.644.589 (709.685) -	Instalações portuárias Terrenos benfeitorias e instalações 3,06% 5,20%	Instalações portuárias Terrenos Edificações, benfeitorias e instalações Máquinas e equipamentos 3,06% 172.052 219.555 10,81% 3.749.619 172.052 219.555 172.386 - - 2.801 13.097 31.310 8.580 4.402 (12.859) - - - (1.387) 295.451 27.020 295 65.314 - - - (819) (141.476) - (13.096) (28.440) 3.934.904 207.652 213.957 207.292 4.644.589 207.652 279.755 388.744 (709.685) - (65.798) (181.452)	Instalações portuárias portuárias Terrenos Edificações, benfeitorias e instalações Máquinas e equipamentos Obras em andamento 3,06% 172.052 219.555 172.386 3.238.300 - - - 2.801 13.097 886.320 31.310 8.580 4.402 (12.859) (43.309) - - - (1.387) 9.084 295.451 27.020 295 65.314 621 - - (13.096) (28.440) - (141.476) - (13.096) (28.440) - 3.934.904 207.652 213.957 207.292 82.992 4.644.589 207.652 279.755 388.744 82.992 (709.685) - (65.798) (181.452) -	Instalações portuárias Terrenos Edificações, benfeitorias e instalações 10,81% 3,70% 3,70% 3,749.619 172.052 219.555 172.386 3.238.300 14.512 13.097 886.320 75.283 31.310 8.580 4.402 (12.859) (43.309) (5.170) (1.387) 9.084 (19) 295.451 27.020 295 65.314 621 6.652 6.652 (141.476) - (13.096) (28.440) - - - 3.934.904 207.652 213.957 207.292 82.992 1.804 (709.685) - (65.798) (181.452) - - -	Instalações portuárias Terrenos Edificações, benfeitorias e instalações Máquinas e equipamentos Obras em andamento Adiantamento Outros 3,06% 5,20% 10,81% 3,70% 3,70% 3,70% 3.749.619 172.052 219.555 172.386 3.238.300 14.512 2.697 - - - 2.801 13.097 886.320 75.283 598 31.310 8.580 4.402 (12.859) (43.309) (5.170) (2) - - - (1.387) 9.084 (19) - 295.451 27.020 295 65.314 621 6.652 1.578 - - - (819) (4.008.024) (89.454) (354) (141.476) - (13.096) (28.440) - - (1.258) 3.934.904 207.652 213.957 207.292 82.992 1.804 3.259 4.644.589 207.652 279.755 388.744 82.992 <t< td=""></t<>



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

• Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$10.047 (R\$16.769 em 31 de dezembro de 2020).

Na Açu Petróleo o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$38.941 (R\$60.165 em 31 de dezembro de 2020), e refere-se a: projetos Spot, prevendo a construção de um parque de tancagem ("UTP") e 2 oleodutos terrestres interligando a UTP à estação de Barra do Furado da Petrobras.

Nas controladas Gás Natural e GNA Infra o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.996 (R\$3.581 em 31 de dezembro de 2020), são referentes a projetos a serem desenvolvidos, como GASOG, GASINF e outros projetos e gastos atrelados a novos leilões de energia, respectivamente.

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$330 (R\$2.311 em 31 de dezembro de 2020) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

Na controlada Reserva Ambiental Caruara o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$4.599 (R\$165 em 31 de dezembro de 2020) referente a gastos com obras de infraestrutura.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ('impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente se há indicativos de desvalorização e verifica potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis de cada uma de suas UGCs. São elas:

- Administração de Retroárea (Industrial Hub & T-Mult);
- T-Oil;
- T-Gás;
- Portuário

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma UGC Industrial Hub/*T-Mult* onde identificou indicadores de perda.

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes - UGC Industrial Hub/T-Mult

Com isso, a Companhia na data base efetuou a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos a estes ativos da sua controlada Porto do Açu, tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos e externos:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva "rolling WACC" que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2021 foi de 9,87% a.a. a 11,37% a.a. em termos nominais (de 8,94% a.a. a 11,83% a.a em 2020), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital ("Rolling WACC"); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3% a.a. (3,25% em 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos "5Y Plan" e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente da empresa, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário da empresa, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números.

Após os primeiros 5 anos de fluxo, é utilizado as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado internamente, porém, com menos detalhes devido a longevidade do fluxo analisado. Esses dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da Porto do Açu.

O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível, diferido, propriedades para investimento, direito de arrendamento, debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros).

Em 31 de dezembro de 2021, após revisão do teste de *impairment*, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult, bem como nas demais UGC's.

Ao longo do exercício corrente, foram vendidos itens do ativo que estavam compondo a base de *impairment*, dessa forma a provisão constituída para esses itens foi baixada em sua integralidade.

Em 31 de dezembro de 2021, adicionalmente ao procedimento realizado na UGC *Industrial Hub/T-Mult*, a Companhia testou individualmente da base de ativos existente, e identificou a existência de itens que temporariamente não possuem expectativa de recuperabilidade. Para estes itens foi constituída provisão de recuperabilidade no valor de R\$6.258, conforme detalhamento do quadro abaixo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos.

	2020	Adições	Reversão	2021
Estoque de estacas prancha	56.363	126		56.489
Torres de transmissão	14.450	-	-	14.450
Equipamentos elétricos (a)	19.874	6.258	(19.874)	6.258
	90.687	6.384	(19.874)	77.197

⁽a) Movimentação da provisão de R\$13.616, conforme reversão e provisão para *impairment* demonstrado na nota explicativa 16 – Propriedade para Investimento.

Em 31 de dezembro de 2021, após revisão do teste de *impairment*, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult, de seus ativos.

A Companhia considera suas atividades de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção offshore e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica como uma UGC T-Gás, onde identificou indicadores de perda, conforme mencionado na nota explicativa 15 – Investimentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Intangível

COI	1501	lua	uo

Custo	Direito de acesso	Licença de uso de software	implantação de sistemas	Outros	Total
Taxa anual de amortização	3,54%	20%	=	-	
Saldo em 2020	75.618	21.730	1.453	395	99.196
Adição	-	1.395	310	-	1.705
Baixa	(833)	(3.084)	(200)	-	(4.117)
Transferência	· <u>-</u>	732	(732)	-	-
Provisão	-	(210)	(81)	10	(281)
Efeito de conversão	5.585	126	15	3	5.729
Saldo em 2021	80.370	20.689	765	408	102.232

Amortização acumulada					
Saldo em 2020	(13.694)	(9.318)	-	-	(23.012)
Adição	(2.949)	(1.809)	-	-	(4.758)
Baixa	(532)	1.567	-	-	1.035
Efeito de conversão	(1.017)	(28)	-	-	(1.045)
Saldo em 2021	(18.192)	(9.588)	-	-	(27.780)
	62.178	11.101	765	408	74.452

Consolidado

Custo	Direito de acesso	Licença de uso de software	implantação de sistemas	Outros	Total
Taxa anual de amortização	3,54%	20%	-	-	
Saldo em 2019	58.651	17.642	2.951	382	79.626
Adição	496	1.628	1.525	-	3.649
Baixa	-	(5)	(156)	-	(161)
Transferência	-	2.236	(2.236)	-	-
Provisão	-	(140)	(681)	-	(821)
Efeito de conversão	16.471	`369́	` 5Ó	13	16.903
Saldo em 2020	75.618	21.730	1.453	395	99.196

Amortização acumulada					
Saldo em 2019	(8.573)	(7.826)	-	-	(16.399)
Adição	(2.556)	(1.371)	-	-	(3.927)
Efeito de conversão	(2.565)	(121)	-	-	(2.686)
Saldo em 2020	(13.694)	(9.318)	-	-	(23.012)
	61.924	12.412	1.453	395	76.184

• Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados na nota explicativa nº 17 - Imobilizado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e controladas em conjunto, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber				
	Controla	idora	Consolid	dado	
	2021	2020	2021	2020	
Cessão do direito real de superfície					
NFX	-	-	279	2.057	
GNA I	-	-	17.944	31.187	
GNA II (*)	-	<u> </u>	24.002	-	
_	-	<u> </u>	42.225	33.244	
Serviços portuários					
NFX	-	-	3	16	
GNA I	-	-	1.897	724	
_	-	-	1.900	2.073	
Nota de débito					
Açu Petróleo	26	461	-	-	
GNA	-	2.461	-	-	
GNA INFRA	-	409	-	-	
GNA I (**)	-	1.547	2.498	10.622	
GNA II (**)	1.535	414	1.835	1.044	
Dome	-	460	-	-	
Porto do Açu	655	2.803	-	-	
Prumo Participações	52	1.733	-	-	
Outros	22	30	4	30	
	2.290	10.318	4.337	13.769	
Mútuos					
Ferroport	-	-	73.355	300.379	
NFX	40.107	38.183	40.107	38.183	
GNA I	-		73.171	-	
	40.107	38.183	186.633	338.562	
Total	42.397	48.501	235.095	352.331	
Circulante	754	43.209	79.968	112.258	
Não circulante	41.643	5.292	155.127	240.073	

A partir de janeiro de 2021, a GNA I e GNA II deixaram de ser consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa 01 – Contexto operacional.

^(*) Explicação nesta nota, no quadro de receita

^(**) Os valores R\$2.498 e R\$1.835 da GNA I e GNA II respectivamente, são referentes a *cost sharing* e outros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas - Continuação

		Contas	a pagar	
	Control		Consoli	dado
	2021	2020	2021	2020
Notas de débito		_		-
Ferroport	-	-	2.094	2.861
Oiltanking (a)	-	-	4.687	9.536
Porto de Antuérpia	-	-	1.524	1.521
Porto do Açu	-	2.074	-	-
Grupo GNA I (*) (c)	-	-	526	-
Outros	1	1	1.085	132
	1	2.075	9.916	14.050
Mútuo	·	_		
EIG Global Energy Partners (b)	1.287.668	1.199.108	1.287.668	1.199.108
Prumo Participações	87.170	-	-	-
	1.374.838	1.199.108	1.287.668	1.199.108
	1.374.839	1.201.183	1.297.584	1.213.158
Circulante	1	2.075	9.916	14.050
Não circulante	1.374.838	1.199.108	1.287.668	1.199.108

- (a) O montante de R\$5.395 (9.536 em 31/12/2020) é referente a gastos portuários;
- (b) Informações nota explicativa nº 35 Instrumento financeiro variação cambial; e
- (c) Reconhecimento do contrato de compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre o grupo GNA e PDA.

^(*) A partir de janeiro de 2021 a GNA I e GNA II deixaram de ser consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas - Continuação

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receitas - cessão do direito real de superfície					
NFX	-	-	10.639	24.166	
GNA I	-	-	11.905	-	
GNA II (*)	-	-	24.002	-	
Outros	-	<u> </u>	-	12.019	
	-	<u> </u>	46.546	36.185	
Receitas financeiras - juros sobre mútuos					
NFX	2.263	873	2.263	873	
Ferroport	-	-	9.987	22.516	
GNA Infra - GNA I	-	-	3.418	-	
GNA Infra - GNA II	-	-	3.564	-	
EIG (a)	-	164.989	-	164.989	
	2.263	165.862	19.232	188.378	
Realização de lucros não realizados					
Ferroport	3.340	3.340	3.340	3.340	
	3.340	3.340	3.340	3.340	
Outros					
Serviço compartilhado	-	758	-	758	
GNA I	_	_	2.309	_	
Outros	-	-	43	135	
	-	758	2.352	893	
	5.603	169.960_	71.470	228.796	

A partir de janeiro de 2021 a GNA I e GNA II deixaram de ser consolidadas.

^(*) Refere-se ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 392.522,27 m², com a Empresa UTE GNA II onde estão sendo instaladas as usinas termoelétricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$24.002 até 31 de dezembro de 2021 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas - Continuação

	Custo / Despesas - Efeito no resultado				
	Controlad	ora	Consolida	ado	
	2021	2020	2021	2020	
EIG Global Energy Partners					
Juros	(2.082)	(89.936)	(2.082)	(89.936)	
Variação Cambial - mútuo	(88.560)	(286.369)	(88.560)	(286.369)	
Reembolso de despesa	` (994 [°])	-	` (994)	(7.399)	
	(91.636)	(376.304)	(91.636)	(383.704)	
LakeShore Advisory Corretagem	(12.237)	(4.363)	(12.237)	(10.007)	
Port of Antwerp Corretagem	-	-	(8.539)	-	
Outros					
Oiltanking	-	-	(33.109)	(30.521)	
Ferroport	-	-	(22.478)	(25.582)	
Outros	-	-	(262)	(2.673)	
	(12.237)	(4.363)	(76.625)	(68.783)	
	(103.873)	(380.667)	(168.261)	(452.487)	

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Consolidado	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo	80.295	80.097

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, pró-labore, benefícios, encargos e participação nos lucros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores por empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 assim se apresenta:

	Controlado	ora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Prumo (a)	10.250	4.324	10.250	4.324	
Porto do Açu (b) Açu Petróleo (c)	-	-	29.685 13.288	39.070 36.644	
Outros	-	-	4.293	4.201	
	10.250	4.324	57.516	84.239	
Circulante Não circulante	10.236 14	3.887 437	55.489 2.027	67.671 16.568	

⁽a) O aumento de R\$5.937 é referente a consultoria por conta do bond;

⁽b) A redução de R\$9.385 é referente a regularização da Codin e pagamentos aos fornecedores de obra; e

⁽c) A redução de R\$23.356 é decorrente, essencialmente, da finalização do projeto de Dragagem.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Planos de opção de compra de ações

Com o fechamento do capital em 2018, a Companhia substituiu o plano de pagamento baseado em ações e, no segundo trimestre de 2019, ofereceu a seus executivos direitos de valorização de ações, com liquidação em caixa, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2021, 11 executivos tinham 12.702 direitos de valorização de ações (em 2020, 12 executivos e 12.475 direitos de valorização de ações). Neste plano de remuneração com base em ações liquidável em caixa ("Phantom Options") para retenção dos executivos, pagável em caso de ocorrência de evento de liquidez na Prumo, a Companhia recebe os serviços como contraprestações dos direitos outorgados. As condições para aquisição dos direitos de valorização de ações incluem o transcurso de um período de 5 anos para atingir 100% dos direitos e em 31 de dezembro de 2021, o vesting médio era de 50% (em 31 de dezembro de 2020, 36% de vesting). Não houve exercício dos direitos em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia levou em consideração os termos e condições do plano, que exigem retornos esperados em caixa, para calcular o valor justo desses direitos e concluiu que não há efeitos relevantes a serem registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures

			2021			2020
	Empresa	Vencimento	Principal	Juros e atualização monetária	Total	Total
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	Porto do Açu	15/07/2033	1.064.202	44.290	1.108.492	1.094.004
(-) Custo de transação (i)	Porto do Açu		(69.119)	-	(69.119)	(76.760)
BNDES (Repassadores) (ii)	Porto do Açu	15/07/2033	2.368.623	180.949	2.549.572	2.501.380
(-) Custo de transação (ii)	Porto do Açu		(153.862)	-	(153.862)	(170.873)
Debêntures (iii)	Porto do Açu	15/07/2033	1.907.162	60.619	1.967.781	1.788.185
(-) Custo de transação (iii)	Porto do Açu	-	(21.604)	-	(21.604)	(23.992)
Senior Secured Bonds (iv)	Prumo					
20 2004.04 20 ()	Participações	31/12/2031	1.643.691	-	1.643.691	1.596.552
(-) Custo de transação (iv)	Prumo Participações		(91.244)	-	(91.244)	(105.417)
DFC (v)	Açu Petróleo	30/10/2035	339.044	3.487	342.531	346.963
DFC (vi)	Açu Petróleo	30/10/2035	150.171	1.617	151.788	153.911
DFC (vii)	Açu Petróleo	30/10/2035	776.545	5.979	782.524	732.747
(-) Custo de transação (v), (vi) e (vii)	Açu Petróleo		(35.614)	-	(35.614)	(30.131)
Banco ABC (viii)	PŠN	19/06/2023	1.749	-	1.749	3.015
		_	7.831.244	296.941	8.176.685	7.809.584
Circulante			116.850	296.941	413.791	326.647
Não circulante			7.762.894	-	7.762.894	7.482.937

Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures---Continuação

As subsidiarias da Prumo possuem financiamentos específicos para captação de recursos com intuito de desenvolvimento de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2021 o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 15,47% ao ano e em dólares + 6,52% (8,64% ao ano e em dólares + 6,54% em 31 de dezembro de 2020).

Porto do Açu

(i),(ii) e (iii) Em 15 de janeiro de 2021 a Porto do Açu realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R\$5.594 e R\$216.870, respectivamente, além do pagamento de R\$456 de amortizações extraordinárias, referentes a eventos de liquidez.

Em 15 de julho de 2021 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R\$11.013 e R\$251.338 respectivamente, além do pagamento de R\$15.779 de amortização extraordinária referentes a eventos de liquidez ocorridos em junho e julho de 2021.

Prumo Participações – item iv

O cronograma de amortização de principal no contrato apresenta percentuais de pagamentos mínimos (Legal) e permite pagamentos acima do percentual estabelecido (Target), de forma a reduzir os próximos percentuais legais.

Em 30 de junho de 2021, a empresa efetuou o pagamento de R\$11.931 de amortização de principal e juros no valor de R\$57.630.

Em 30 de dezembro de 2021, a empresa efetuou pagamento de R\$57.464 de amortização de principal, e juros no valor de R\$63.793.

Como a empresa está cumprindo o cronograma previsto de amortização Target, que exige pagamentos superiores ao cronograma legal de amortização, esse valor excedeu, em sua totalidade as obrigações legais de pagamento do período. Desta forma, a empresa já cumpriu as obrigações legais do cronograma para os próximos 18 meses.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures---Continuação

Açu Petróleo – itens v ao vii

Em 29 de outubro de 2021, a Açu Petróleo, realizou pagamentos de juros e amortização ao DFC, no valor de R\$57.958. Deste total, R\$14.949 foram referentes a amortização de principal e R\$10.972 a pagamento de juros do primeiro desembolso; R\$6.706 de amortização e R\$5.091 de juros referentes ao segundo desembolso e R\$2.164 de amortização e R\$18.076 de juros referentes ao terceiro desembolso.

Em 30 de abril de 2021, a Açu Petróleo, realizou pagamentos de juros e amortização ao DFC, no valor de R\$56.059. Deste total, R\$14.280 foram referentes a amortização de principal e R\$10.921 a pagamento de juros do primeiro desembolso, R\$6.406 de amortização e R\$5.070 de juros do segundo desembolso e R\$2.067 de amortização e R\$17.315 de juros do terceiro desembolso.

Prumo Serviços e Navegação (PSN) – item viii

Em janeiro de 2021 a Dome iniciou os pagamentos de amortização e juros, ao banco ABC, em regime mensal, como estipulado em contrato. Até o dia 31 de dezembro de 2021 foram pagas dez parcelas, totalizando R\$2.400 de amortização de principal e R\$475 de juros. Destes valores, 50% cabem à PSN, de acordo com a estrutura do consórcio.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu

A Prumo é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, com saldo devedor de R\$3.658.064 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.595.243 em 31 de dezembro de 2020); e
- Financiamento via emissão de debêntures com saldo devedor de R\$1.967.780 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.788.185 em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures---Continuação

Os financiamentos supracitados ainda possuem o pacote de garantias elencadas a seguir:

As garantias prestadas pela Porto do Açu

As garantias prestadas pela companhia em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu;
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças:
- (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e
- (xii) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açu. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures---Continuação

Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

As garantias prestadas pela Prumo Participações

Sob os contratos de dívida sênior são:

- (i) Alienação Fiduciária das Ações da Ferroport pertencentes à Prumo Participações;
- (ii) Alienação Fiduciária das Ações da Prumo Participações pertencentes à controladora Prumo;
- (iii) Alienação Fiduciária do Mútuo entre Prumo e Ferroport; e
- (iv) Alienação Fiduciária das Contas e Direitos Creditórios.

As garantias prestadas pela Açu Petróleo

Em favor da DFC, com relação ao empréstimo são:

- (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açu Petróleo;
- (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açu Petróleo;
- (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas; e
- (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de "Offtake" relevantes da Açu Petróleo.

As garantias prestadas pela Dome

(i) Alienação Fiduciária do contrato com a Technip.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)

A Prumo Logística é responsável pelos *covenants* financeiros dos contratos de dívida de longo prazo da Porto do Açu, conforme tabela abaixo. A Porto do Açu deixou de ter *covenants* financeiros como condição de *default*.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida /EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x								

Sendo:

"Dívida Líquida": Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debentures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos, valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

"EBITDA": Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

"Despesas Financeiras Líquidas": Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais.

"ICSD": Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida.

"Caixa Disponível para o Serviço da Dívida": EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado.

"Serviço da Dívida": Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

Os *Covenants* Financeiros da Prumo serão calculados por meio de uma consolidação proforma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Companhia em cada uma destas sociedades.

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açu ou do Interveniente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniente Garantidor do Porto do Açu.

A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interveniente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Prumo.

Obrigações adicionais do Interveniente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuo dentro do limite de R\$4.000 anuais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

a) Açu Petróleo - DFC

O financiamento da DFC está sujeito a cláusula de covenants financeiros:

- Relação da dívida financeira/patrimônio líquido não superior a 70/30. Em 31de dezembro de 2021, a relação era de 65/35 (56/44 em 31 de dezembro de 2020).
- DSCR* histórico não inferior a 1.15 para 1. Em 31 de dezembro de 2021, o DSCR era de 2,31 x (2,62 x em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

Partes relacionadas - Mútuo a pagar	

	Controladora								
	Fluxo de Caixa			Fluxo de Caixa Efeito não Caixa				ка	
2020	O Captação / Adição de (Liquidação) Juros Pagos Custos de Transação		√aptação / iguidação\ Juros Pagos Custos de Atualização monetária e		Custo de transação	2021			
1.199.108	87.171	-		88.560	-	1.374.839			
1.199.108	87.171	-		88.560	-	1.374.839			

Partes relacionadas - Mútuo a pagar
Empréstimos, Financiamentos e debênture

_	!	Fluxo de Caixa				
2020	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, atualização monetária e variação cambial	Amortização e custo de transação	2021
1.199.108	87.171	-	-	88.560	-	1.374.839
7.809.584	(149.456)	(656.198)	(1.165)	1.125.693	48.227	8.176.685
9.008.692	(62.285)	(656.198)	(1.165)	1.214.253	48.227	9.551.524

Consolidado



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Impostos e contribuições a recolher

<u>-</u>	Controladora		Consoli	dado
	2021	2020	2021	2020
ISS	6	50	1.197	1.154
PIS/COFINS	5.395	7.700	11.357	10.470
ICMS	20	16	80	47
IRPJ/CSLL	1.126	-	11.084	24.043
IRRF (*)	67.408	65.613	69.003	67.300
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	265	105	695	574
Outros	15	1	323	212
	74.235	73.485	93.739	103.800
Circulante	7.418	9.876	26.922	40.077
Não circulante	66.817	63.609	66.817	63.723

^(*) A Prumo registrou, em 2015, créditos de IRRF sobre o mútuo no valor de R\$75.016 que foram parcialmente compensados com outros tributos federais (valor atualizado R\$35.414) e o saldo foi objeto de pedido de restituição (valor atualizado R\$66.987). Em setembro de 2020, a Prumo ajuizou ação para que seja reconhecido o direito ao crédito. Diante do prognóstico de chance de êxito remota, e de acordo com a posição dos advogados externos, a Prumo baixou ativos fiscais no valor atualizado do pedido de restituição e constituiu passivo para o valor atualizado das compensações. O prognóstico para 31 de dezembro de 2021 foi classificado como possível.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Impostos e contribuições a recolher--- Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora Consolidado		idado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	(1.003.676)	(1.424.121)	(876.169) (351.441)	(1.231.182) (291.302)
Prejuízo líquido ajustado	(1.003.676)	(1.424.121)	(1.227.610)	(1.522.484)
Imposto renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	341.250	484.201	417.387	517.644
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças permanentes e temporárias Prejuízo fiscal e Base negativa	(312.713) (28.537)	(478.068) (6.133)	(178.321) (334.594)	(430.482) (252.343)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício		-	(95.528)	(165.181)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	7,87%	10,85%
Corrente	-	-	(39.818)	(30.754)
Diferido		-	(55.710)	(134.427)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício		-	(95.528)	(165.181)

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para contingências

1) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas são alvo de alguns processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos, conforme tabela a seguir:

Controladora

2020	Adições	Baixa	Atualizações	2021				
040	4.070	(0.000)	440					
818	1.678	(2.636)	140	-				
		Controladora						
2019	Adições	Baixa	Atualizações	2020				
2 471	1 229	(3.071)	189	818				
				818				
		(0.01.1)		<u> </u>				
	Consolidado							
2020	Adições	Baixa	Atualizações	2021				
1 524	3 611	(3.827)	180	1.497				
			-	24.445				
7.327	29.515	(11.089)	189	25.942				
	Consolidado							
0040	A -II - ~	Deleses	A4	0000				
				2020				
				1.524				
	6.614		379	5.803				
168		(168)						
8.566	8.067	(9.887)	581	7.327				
	2019 2.471 2.471 2.471 2.524 5.803	818 1.678 818 1.678 2019 Adições 2.471 1.229 2.471 1.229 2.471 1.229 2.471 1.229 2.471 29.515 2020 Adições 1.524 3.611 5.803 25.904 7.327 29.515 2019 Adições 3.617 1.453 4.781 6.614	818 1.678 (2.636) Controladora 2019 Adições Baixa 2.471 1.229 (3.071) 2.471 1.229 (3.071) 2.471 1.229 (3.071) 2020 Adições Baixa 1.524 3.611 (3.827) 5.803 25.904 (7.262) 7.327 29.515 (11.089) Co 2019 Adições Baixas 3.617 1.453 (3.748) 4.781 6.614 (5.971)	818 1.678 (2.636) 140 Controladora 2019 Adições Baixa Atualizações 2.471 1.229 (3.071) 189 2.471 1.229 (3.071) 189 2.471 1.229 (3.071) 189 5.803 25.904 (7.262) - 7.327 29.515 (11.089) 189 Consolidado Consolidado 2019 Adições Baixas Atualizações 3.617 1.453 (3.748) 202 4.781 6.614 (5.971) 379				

(a) Ações Trabalhistas: Diversas reclamações trabalhistas; e

(b) Ações Cíveis: R\$ 13.377 referente ação judicial proposta pela Mecanorte visando o ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes de dois contratos firmados com a Companhia, um de fornecimento de material pétreo e outro de empreitada. R\$ 11.068 refere-se à provisão de pagamento complementar de terrenos dos contratos celebrados com a CODIN, tendo como destaque a ação de desapropriação n° 0004724-34.2010.8.19.0053 que concentra o valor de R\$ 10.775.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para contingências—Continuação

2) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As empresas controladas pela Prumo possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consc	olidado
Fiscais	2021 133.797	2020 108.492
Trabalhistas	10.673	27.273
Cíveis	60.880	77.805
	205.350	213.570

Em 31 de dezembro de 2021, os principais processos de perdas possíveis para as empresas controladas pela Prumo são os que se seguem:

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$59.515 e acréscimo na base de cálculo das contribuições de PIS e da COFINS, ocasionando uma cobrança adicional dessas contribuições no valor de R\$9.840; (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara, no valor de R\$13.407 (R\$ 10.533 em 31 de dezembro de 2020) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R\$6.632 (R\$6.193 em 31 de dezembro de 2020).

Existem processos na Prumo e Açu Petróleo no valor de R\$44.403 (R\$9.844 em 31 de dezembro de 2020) referentes a diversos processos como IRPJ, contribuições previdenciárias, Pis/Cofins, entre outros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para contingências—Continuação

Processos trabalhistas: As reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária em assuntos relacionados a adicional de horas extras, verbas rescisórias, horas "*intinere*" e pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas com um montante aproximado de R\$13.810 (R\$ 27.273 em 31 de dezembro de 2020), sendo que R\$10.673 referente a PDA.

Processos cíveis:

i) Processos da Porto do Açu

São demandas judiciais que se referem a diversas ações de indenizatórias, especialmente relacionadas aos contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, entre outras, que somam um montante total de aproximadamente R\$11.946.

ii) Processos Prumo e Outras subsidiárias

Processos cíveis classificados como possíveis na Prumo foram arroladas e totalizam R\$20.062 (R\$30.012 em 31 de dezembro de 2020).

Processos de desapropriação: No ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN. Nesse sentido, a mera existência dessas ações já indica prognóstico de perda possível.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para contingências—Continuação

Os valores depositados inicialmente pela CODIN, despendidos pela Companhia quando do ajuizamento dos processos de desapropriação, na forma da Promessa de Compra e Venda, já asseguram sua proteção financeira. Entretanto, os consultores jurídicos e a Administração da Companhia entendem que, mesmo mantido o prognóstico de perda possível, é necessário apontar os valores correspondentes à diferença entre os mencionados depósitos iniciais e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 2ª instância.

Em 31 de dezembro de 2021, a diferença entre os depósitos iniciais das ações de desapropriação e os valores definidos pelo Poder Judiciário com sentença prolatada totaliza R\$28.872 (R\$ 17.568 em 31 de dezembro de 2020).

Processos ambientais: Trata-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Em 31 de dezembro de 2021, a movimentação do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

a) Controladora

	Saldo 2020	Adições	Transferência	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo 2021
Ativos							
Ativo direito de uso	3.204			(1.152)	-	-	2.052
Total do ativo	3.204			(1.152)	-	=	2.052
Passivos							
Passivo arrendamento	1.204		- 301	-	(301)	-	1.204
(-) Ajuste a valor presente	(221)			-	-	381	160
Passivo arrendamento CP	983		- 301	-	(301)	381	1.364
Passivo arrendamento	3.610		- (1.274)	-	-	-	2.336
(-) Ajuste a valor presente	(702)			-	-	-	(702)
Passivo arrendamento LP	2.908		- (1.274)	-	-	-	1.634
Total do passivo	3.891		- (973)	-	(301)	381	2.998



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento--Continuação

b) Consolidado

							Juros			
	Saldo em 2020	Adição	Baixas	Transferência	Amortização	Pagamentos	apropriados	Variação	Outros	Saldo 2021
Ativos										
Ativo Direito de uso	35.080	888	-	-	(5.349)	-	-	23	109	30.751
Total do ativo	35.080	888	-	-	(5.349)	-	-	23	109	30.751
Passivos										
Passivo arrendamento	8.295	122	-	7.581	-	(6.546)	(2.083)	-	(87)	7.282
(-) Ajuste a valor presente	(4.046)	(83)	-	(4.510)	-	· -	5.184	-	2.077	(1.378)
Passivo arrendamento CP	4.249	39	-	3.071	-	(6.546)	3.101	-	1.990	5.904
Passivo arrendamento	58.798	2.016	-	(8.553)	-	-	-	-	883	53.144
(-) Ajuste a valor presente	(24.800)	(1.165)	-	4.510	-	-	-	-	(3.071)	(24.526)
Passivo arrendamento LP	33.998	851	-	(4.043)	-	-	-	-	(2.188)	28.618
Total do passivo	38.247	890	-	(972)	-	(6.546)	3.101	-	(194)	35.556



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos

26.1 Concretização da venda, em janeiro de 2021, de ativo mantido para venda nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020:

Em 7 de agosto de 2020, a SPIC Brasil, subsidiária da State Power Investment Corporation da China (SPIC), assinou um contrato vinculante para adquirir 33% dos projetos termelétricos GNA I e GNA II. O fechamento do contrato estava sujeito ao cumprimento de certas condições precedentes comuns a este tipo de transação as quais foram integralmente cumpridas em 28 de janeiro de 2021. Em acordo com a CPC 31 (IFRS 5), os grupos de ativos relacionados a esses investimentos, que passarão a ter seu controle compartilhado, foram classificados como ativos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Composição de ativos e passivos mantidos para venda - GNA I

_	31/01/2021			31/12/2020			
	Bruto	Eliminações	Líquido	Bruto	Eliminações	Líquido	
Ativo	5.872.729	-	5.872.729	5.782.832	4.055	5.786.887	
Caixa e equivalentes de caixa	198.564	-	198.564	186.221	-	186.221	
Imobilizado	4.153.664	-	4.153.664	4.074.465	-	4.074.465	
Direito de uso	1.206.942	-	1.206.942	1.211.355	-	1.211.355	
Outros ativos	313.559	-	313.559	310.791	4.055	314.846	
Passivo	4.184.732	-	4.184.732	4.014.228	1.750	4.015.978	
Fornecedores	104.300	-	104.300	82.891	-	82.891	
Empréstimos	2.226.088	-	2.226.088	2.230.521	-	2.230.521	
Passivo de arrendamento	1.503.663	-	1.503.663	1.419.687	-	1.419.687	
Outros passivos	350.681	-	350.681	281.129	1.750	282.879	
Patrimônio líquido	1.687.997	-	1.687.997	1.768.604	2.350	1.770.909	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos -- Continuação

Composição de ativos e passivos mantidos para venda - GNA II

_	31/01/2021			31/12/2020			
	Bruto	Eliminações	Líquido	Bruto	Eliminações	Líquido	
Ativo	61.071	-	61.071	61.146	4.055	65.201	
Caixa e equivalentes de caixa	2.380	-	2.380	3.640	-	3.640	
Imobilizado	24.745	-	24.745	24.390	-	24.390	
Outros ativos	33.946	-	33.946	33.116	4.055	37.171	
Passivo	52.151	-	52.151	50.650	1.750	52.400	
Contas a pagar	51.488	-	51.488	49.203	1.750	50.953	
Outros passivos	663	-	663	1.447	-	1.447	
Patrimônio líquido	8.920	-	8.920	10.496	2.305	12.801	

Composição do mantido para venda - Infra

	GNA I	GNA II	Total
Consolidado	31/01/2021	31/01/2021	31/01/2021
Ativo da participação na investida transferida para DPV	5.872.729	61.071	5.933.800
Passivo da participação investida transferida para DPV Saldo líquido de ativos e passivos	4.184.732	52.151	4.236.883
não circulantes disponíveis para venda (a) Controladora	1.687.997	8.920	1.696.917
Parcela disponível para venda referente ao investimento da controladora (b)	373.216	1.972	375.188

 ⁽a) A GNA Infra performou avaliação de valor justo para avaliação de *impairment* sobre ativos e passivos mantidos para venda e conclui que o valor justo destes ativos e passivos supera o seu valor contábil; e
 (b) A parcela do disponível para venda na GNA I é de R\$373.216 que representa a parcela do investimento que foi vendida no

⁽b) A parcela do disponível para venda na GNA I é de R\$373.216 que representa a parcela do investimento que foi vendida no percentual de 22,1100% e GNA II é de R\$1.972 que representa a parcela do investimento que foi vendida no percentual de 22,1067%.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos --Continuação

Resultado líquido de operações mantidas para venda

31/	01/2021		
	GNA I	GNA II	Total
Resultado Operacional	(10.549)	(2.391)	(12.940)
Resultado Financeiro	(75.384)	2	(75.382)
Imposto de renda e contribuição social	29.105	813	29.918
Resultado líquido de impostos	(56.828)	(1.576)	(58.404)
Controlador em conjunto – Infra	(25.510)	(707)	(26.217)
Controlador em conjunto – Outros	(31.318)	(869)	(32.187)
31/	12/2020		
31/	(12/2020 GNA I	GNA II	Total
Resultado Operacional		GNA II (28.797)	
	GNA I		(61.383)
Resultado Operacional	GNA I (32.586)	(28.797)	(61.383) (68.480)
Resultado Operacional Resultado Financeiro Imposto de renda e contribuição social	GNA I (32.586) (68.493)	(28.797) 13	(61.383) (68.480) 49.485
Resultado Operacional Resultado Financeiro	GNA I (32.586) (68.493) 32.503	(28.797) 13 16.982	Total (61.383) (68.480) 49.485 (80.378) (53.852)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos -- Continuação

Fluxo de caixa das operações mantidas para venda

		UTE I	UT	ΈII
Em milhares de Reais	31/01/2021	31/12/2020	31/01/2021	31/12/2020
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	25.389	(4.663)	(905)	(10.525)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(14.568)	(483.189)	(355)	(15.708)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.522	306.734	-	29.792
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações				
descontinuadas	12.343	(181.118)	(1.260)	3.559

	Consolida	ado
	2021	2020
Total Resultado líquido operações descontinuadas	(58.404)	(80.378)

Abaixo demonstramos a conciliação do prejuízo antes dos impostos das operações continuadas e descontinuadas apresentado no fluxo de caixa:

Referência ao fluxo de caixa - consolidado	2021	2020
Prejuízo antes dos impostos - consolidado	(876.169)	(1.231.182)
Prejuízo operações descontinuadas		
Prejuízo antes dos impostos - GNA I	(85.933)	(101.079)
Prejuízo antes dos impostos - GNA II	(2.389)	(28.784)
Prejuízos antes dos impostos - fluxo de caixa	(964.491)	(1.361.046)



20/11/2021

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos -- Continuação

26.2 Classificação de ativo e passivo não circulante mantido para venda em novembro de 2021:

Em 17 de novembro de 2021, BP Global Investments Limited ("BPGIL"), Gás Natural Açu SA, Gás Natural Açu Infraestrutura SA ("GNA Infra"), Prumo Logística SA ("Prumo"), Siemens Energy Finance BV ("SEF"), Siemens Gas and Power Holding, BV ("SGPH"), Siemens Energy Inc., SPIC Brasil Térmicas e Participações SA ("SPIC"), UTE GNA II Geração de Energia SA ("GNA II"), e, como interveniente- anuentes, Siemens Participações Ltda. ("Siemens Par") e UTE GNA I Geração de Energia SA firmaram o Contrato "Notice to Proceed Agreement" ("Contrato NTP"), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outros Covenants da GNA II ("GNA II SPA"), o Contrato de Mútuo BPGIL, Contrato de Mútuo SPIC, Contrato de Empréstimo SEF (em conjunto, os "Empréstimos NTP") e documentação acessória, conforme nota explicativa nº 01 – Contexto operacional - GNA.

Composição de investimentos mantidos para venda - GNA II

	30/11/2021
Ativo	2.833.547
Caixa e equivalentes de caixa	1.318.055
Contas a receber - partes relacionadas	280.006
Imobilizado	1.021.695
Direito de uso	155.937
Outros ativos	57.854
Passivo	2.561.875
Contas a pagar	16.828
Mútuo - partes relacionadas	2.364.184
Passivo de arrendamento	176.146
Outros passivos	4.717
Patrimônio líquido	271.672



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos --Continuação

Composição do mantido para venda - Infra

GNA II
2.833.547
2.561.875
271.672
121,935
121.733
251.200

Em atendimento a CPC 31 / IFRS 5 ativos disponível para venda, onde informa que o valor contábil a ser registrado deverá ser o menor entre o valor da transação e o valor do investimento contábil. A análise foi feita da seguinte forma:

Valor contábil (investimento) – GNA Infra	Valor da transação
R\$ 121.935 – Parcela do investimento	R\$ 141.676 – Mútuo em GNA II
R\$ 251.200 – Parcela registrada referente a perda de controle	R\$ 46.249 – AFAC em GNA II
	R\$ 26.028 – (*) outras contas a pagar
R\$ 373 135 – Total valor contábil	R\$ 213 953 – Total valor da transação

Os efeitos de ganho ao mensurar o valor justo do ativo mantido para a venda, estão demonstrados no item 26.3 dessa nota.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Efeito na alienação de investimentos --Continuação

(*) O contrato de subscrição de ações que regulou a entrada da SPIC no capital da GNA II em 28 de janeiro 2021 inclui algumas cláusulas de indenização. A Companhia analisou as obrigações assumidas com a conclusão da transação e concluiu que tais obrigações possuem valor justo de zero, exceto para uma eventual indenização relacionada com aspectos tributários que podem impactar a geração de caixa futura estimada base da negociação do preço final da transação. Com respeito a essa eventual indenização, a Companhia estimou o valor justo da respectiva obrigação contratual com base em i) parecer legal dos seus advogados e condições pelas quais a indenização poderia tornarse devida, ii) identificação dos cenários possíveis de acontecer e estimativa da administração da Companhia quanto à probabilidade de que a indenização se torne devida em cada um deles, iii) estimativa do valor da indenização para cada um dos cenários com base no modelo adotado pela empresa de avaliação do seu projeto e efeito diferencial das perdas assumidas em cada um dos cenários. O valor justo do passivo financeiro de R\$ 26.028 corresponde à soma do produto do resultado de indenização em cada um dos cenários pela sua probabilidade de ocorrência, descontados a valor presente, considerando a SELIC projetada (7,00%) e o spread de risco de crédito da GNA Infra (4%).

26.3 Ganho na alienação de investimentos:

	Consolidado				
		2021			
Ganho alienação de investimento	GNA I	GNA II	Total		
Alienação / subscrição das ações	409.035	125.673	534.708		
Custo histórico - disponível para venda – janeiro de 2021	(373.216)	(1.972)	(375.188)		
Reavaliação a valor justo	72.723	2 5 1.200	323.923		
Baixa dos resultados abrangentes da parcela remanescente	6.881	-	6.881		
Ganho na alienação de investimentos	115.423	374.901	490.324		
Classificação de ativo e passivo não circulante mantido para venda 44,88% da GNA II					
Reavaliação a valor justo – acordo dos acionistas 17 de novembro de 2021	-	(326.886)	(326.886)		
Ganho na alienação de investimentos	115.423	48.015	163.438		
			•		



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021		2020	
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
EIG Prumo Fundo de Investimento em				
Participações	350.054	93,10	350.054	93,10
9 West Finance S.à.r.l.	25.963	6,90	25.963	6,90
	376.017	100,00	376.017	100,00

b) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem os efeitos acumulados de conversão decorrentes de investimento na controlada Açu Petróleo, cuja moeda funcional é o dólar, tendo registrado um ganho de R\$23.977 (ganho de R\$278.492 em 31 de dezembro de 2020). A Prumo teve variação percentual referente a diminuição de capital no total de R\$5.505 (R\$1.824 em 31 de dezembro de 2020), sendo um ganho de R\$323 (ganho de R\$3.919 em 31 de dezembro de 2020) no grupo GNA, ganho de *hedge* de R\$833 e uma perda de R\$6.661 (perda de R\$18.427 em 31 de dezembro de 2020) na Porto do Açu.

Em 31 de janeiro de 2021 foi transferido para o resultado o montante de R\$4.489 na controladora (R\$16.332 em 31 de dezembro de 2020) e R\$10.270 no consolidado referente ao saldo de outros resultados abrangentes a data de perda de controle atribuíveis a GNA I na GNA Infra.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Prejuízo por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações diluidoras que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído.

Os lucros (prejuízos) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período.

	C	ontroladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Básico					
Numerador básico: Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(1.003.676)	(1.424.121)	(993.856)	(1.416.971)	
Denominador básico:					
Média ponderada de ações (*)	376.017	376.017	376.017	376.017	
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	(2,66923)	(3,78739)	(2,64311)	(3,76837)	

^(*) As opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo. Desta forma, não há diferença entre o prejuízo por ação básico e o diluído.



Consolidado

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Receita Operacional

Os principais contratos do Grupo estão relacionados ao aluguel da retroárea, serviços de transbordo e serviços portuários.

As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e períodos de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Consolid	dado
	2021	2020
Cessão do direito real de superfície	209.727	168.552
Serviço de transbordo de petróleo	542.110	450.039
Serviços portuários	126.804	68.125
Fornecimento de água	8.279	6.504
Outros	1.810	5.952
Receita bruta	888.730	699.172
Impostos sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(100.082)	(77.304)
Receita líquida	788.648	621.868

30. Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Salários e encargos	(23.479)	(20.655)
Serviços de terceiros	(101.558)	(55.866)
Aluguéis e arrendamentos	` (4.469)	(2.864)
Depreciação e amortização	(222.512)	(184.526)
Seguros diversos	(7.856)	(6.900)
Combustíveis e lubrificantes	(2.770)	(2.424)
Serviços portuários	(47.061)	(28.197)
Serviços portuários – Oiltanking (nota 20)	(31.576)	(44.452)
Consórcio Dome	(17.814)	(6.351)
Outros	(12.802)	(9.389)
	(471.897)	(361.624)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Despesas gerais e administrativas

A seguir são apresentadas as despesas administrativas por natureza.

	Controlad	lora	Cons	solidado
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	(58.879)	(78.760)	(149.936)	(162.442)
Serviços de terceiros	(18.550)	(8.963)	`(75.242)	`(46.507)
Viagens e estadias	` (180)	(393)	(1.084)	(844)
Aluguéis e arrendamentos	(2.256)	(8.073)	(3.331)	(8.579)
Impostos e taxas (*)	(24)	(95.226)	(5.399)	(97.974)
Depreciação e amortização	(2. 5 72)	(2.925)	(10.333)	(9.942)
Seguros diversos	` (555 [°])	(301)	` (925)	` (449 [°])
Indenizações	(142)	(65)	(10.483)	(487)
Despesas diversas	(1.347)	(329)	(10.467)	(10.150)
•	(84.505)	(195.035)	(267.200)	(337.374)

^(*) Explicação referente a variação de impostos e taxas está na nota explicativa nº 23 - Impostos a Recolher



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Resultado financeiro

	Contro	oladora	Consolidado		
-	2021	2020	2021	2020	
Despesas financeiras					
Despesas bancárias	(6)	(4)	(1.038)	(537)	
IOF	(2.146)	(578)	(4.009)	(2.617)	
Corretagem e comissões	(35.516)	(20.094)	(83.911)	(37.545)	
Juros sobre empréstimos	-	-	(769.390)	(567.838)	
Juros sobre mútuos	(2.082)	(89.936)	(2.082)	(89.936)	
Atualização monetária de empréstimos	-	-	(185.887)	(77.472)	
Variação cambial	(88.546)	(286.573)	(573.286)	(1.115.782)	
Perda de operação com <i>hedge</i>	-	-	(12.892)	(16.255)	
IR sobre remessa ao exterior	-	(135)	-	(12.435)	
Arrendamento – IFRS16	(381)	(576)	(3.132)	(5.068)	
Custo de transações	-	-	(8.034)	(35.580)	
Multas	(365)	(7.216)	(13.042)	(7.433)	
Outros	-	-	(2.545)	(332)	
	(129.042)	(405.112)	(1.659.248)	(1.968.830)	
Receitas financeiras					
Juros sobre mútuos	5.603	4.213	22.572	26.729	
Juros sobre aplicações financeiras	7.523	496	17.798	7.580	
Juros ativos	137	1.078	4.276	5.575	
Variação cambial	-	164.989	407.476	555.363	
Ganho na liquidação do <i>hedge</i>	-	-	11.204	19.940	
Outros	-	1	740	370	
_	13.263	170.777	464.066	615.557	
Resultado financeiro líquido	(115.779)	(234.335)	(1.195.182)	(1.353.273)	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Informações por segmento

A Prumo utiliza segmentos, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria da Prumo analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

• Segmento Administração de Retroárea (Industrial Hub & T-Mult)

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petroleiro. O porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 210 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

• Segmento *T-Oil*

Refere-se à prestação de serviços de logística de cargas líquidas, operação e exploração do terminal *T-Oil*, e transbordo de cargas líquidas, não se limitando a petróleo bruto e seus derivados, prevendo-se a futura inclusão da operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de estocagem, tratamento, beneficiamento, mistura e processamento de petróleo. É operado pela Açu Petróleo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Informações por segmento--Continuação

• Segmento *T-Gás*

Refere-se ao projeto de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção offshore e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. É coordenado pela GNA.

Conforme abordado no contexto operacional e na nota explicativa nº 01, a companhia vendeu parcela de sua participação nas empresas operacionais do grupo GNA.

Segmento Portuário

Refere-se às demais empresas controladas pela Prumo, inclusive as que não são operacionais e as empresas-veículo detentoras de participações em outras empresas do Grupo, quais sejam, Pedreira Sapucaia, G3X, Águas Industriais, SNF, GSA, Reserva Caruara, LLX Brasil, Açu Petróleo Investimentos, Prumo Participações, Heliporto, Prumo Navegação, Rochas do Açu, Açu Energia e CL RJ 012.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Informações por segmento---Continuação

					Demo	nstração do res	ultado - 2021
	Industrial					Ajustes e	
	Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e serviços portuários	269.554	481.122	-	42.300	-	(4.328)	788.648
Custo dos serviços prestados	(186.108)	(266.706)	-	(22.241)	-	3.158	(471.897)
Resultado bruto	83.446	214.416	-	20.059	-	(1.170)	316.751
Receitas (despesas) operacionais	_						
Administrativas e gerais	(124.004)	(34.180)	(23.739)	(6.843)	(84.505)	6.071	(267.200)
Provisão para perda	40.018	(15)	(20)	(47)	9	2.865	42.810
Outras receitas	2.686	-	-	21	77	-	2.784
Outras despesas	(18.612)	-	-	(728)	(1.995)	-	(21.335)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(412)	-	(172.741)	241.807	(801.483)	814.594	81.765
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(16.878)	180.221	(196.500)	254.269	(887.897)	822.360	155.575
Resultado financeiro	(745.381)	(46.479)	12.164	(301.435)	(115.779)	1.728	(1.195.182)
Receitas financeiras	42.294	166.646	14.029	266.980	13.263	(39.146)	464.066
Despesas financeiras	(787.675)	(213.125)	(1.865)	(568.415)	(129.042)	40.874	(1.659.248)
Passivo financeiro	-	-	163.438	-	-	-	163.438
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(762.259)	133.742	(20.898)	(47.166)	(1.003.676)	824.088	(876.169)
IR e CSLL corrente	-	(29.808)	(6.736)	(3.274)	-	-	(39.818)
IR e CSLL diferido	(11.791)	(19.094)	(24.726)	(99)	-	-	(55.710)
Resultado líquido de ativos e passivos mantidos para venda (*)	-	-	(58.404)	-	-	-	(58.404)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(774.050)	84.840	(110.764)	(50.539)	(1.003.676)	824.088	(1.030.101)
(*) Basicamente Ferroport, NFX, GNA I e GNA II							



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Informações por segmento---Continuação

				Demo	nstração do res	ultado - 2020
Industrial					Ajustes e	
Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
210.193	399.421	-	14.804	-	(2.550)	621.868
(169.990)	(185.954)	-	(8.963)	-	6.058	(361.624)
40.203	213.467	-	5.841	-	3.508	260.244
(111.419)	(23.386)	(32.177)	(5.915)	(195.003)	24.403	(340.722)
(109.768)	(23.209)	(31.795)	(4.745)	(195.035)	24.403	(337.374)
(13.475)	24	(379)	79	32	-	(13.719)
32.633	153	-	13	-	-	32.799
(20.809)	(354)	(3)	(1.262)	-	-	(22.428)
(824)	-	(29.381)	201.278	(994.783)	1.026.279	202.569
(72.041)	190.081	(61.558)	201.205	(1.189.786)	1.054.190	122.091
(444.699)	(107.323)	(238)	(566.526)	(234.335)	(152)	(1.353.273)
48.440	72.327	142	370.883	170.777	(47.012)	615.557
(493.139)	(179.650)	(380)	(937.409)	(405.112)	46.860	(1.968.830)
(516.740)	82.758	(61.796)	(365.321)	(1.424.121)	1.054.038	(1.231.182)
(87)	(30.470)	-	(197)	-	-	(30.754)
(28.884)	(105.476)	-	(67)	-	-	(134.427)
-	-	(80.378)	-	-	-	(80.378)
(545.711)	(53.188)	(142.174)	(365.585)	(1.424.121)	1.054.038	(1.476.741)
	Hub & T-Mult 210.193 (169.990) 40.203 (111.419) (109.768) (13.475) 32.633 (20.809) (824) (72.041) (444.699) 48.440 (493.139) (516.740) (87) (28.884)	Hub & T-Mult T-Oil 210.193 399.421 (169.990) (185.954) 40.203 213.467 (111.419) (23.386) (109.768) (23.209) (13.475) 24 32.633 153 (20.809) (354) (824) - (72.041) 190.081 (444.699) (107.323) 48.440 72.327 (493.139) (179.650) (516.740) 82.758 (87) (30.470) (28.884) (105.476)	Hub & T-Mult T-Oil T-Gás 210.193 399.421 - (169.990) (185.954) - 40.203 213.467 - (111.419) (23.386) (32.177) (109.768) (23.209) (31.795) (13.475) 24 (379) 32.633 153 - (20.809) (354) (3) (824) - (29.381) (72.041) 190.081 (61.558) (444.699) (107.323) (238) 48.440 72.327 142 (493.139) (179.650) (380) (516.740) 82.758 (61.796) (87) (30.470) - (28.884) (105.476) - - (80.378)	Hub & T-Mult T-Oil T-Gás Portuário 210.193 399.421 - 14.804 (169.990) (185.954) - (8.963) 40.203 213.467 - 5.841 (111.419) (23.386) (32.177) (5.915) (109.768) (23.209) (31.795) (4.745) (13.475) 24 (379) 79 32.633 153 - 13 (20.809) (354) (3) (1.262) (824) - (29.381) 201.278 (72.041) 190.081 (61.558) 201.205 (444.699) (107.323) (238) (566.526) 48.440 72.327 142 370.883 (493.139) (179.650) (380) (937.409) (516.740) 82.758 (61.796) (365.321) (87) (30.470) - (197) (28.884) (105.476) - (67)	Industrial	Hub & T-Mult T-Oil T-Gás Portuário Corporativo eliminações 210.193 399.421 - 14.804 - (2.550) (169.990) (185.954) - (8.963) - 6.058 40.203 213.467 - 5.841 - 3.508 (111.419) (23.386) (32.177) (5.915) (195.003) 24.403 (109.768) (23.209) (31.795) (4.745) (195.035) 24.403 (13.475) 24 (379) 79 32 - 32.633 153 - 13 - - (20.809) (354) (3) (1.262) - - (824) - (29.381) 201.278 (994.783) 1.026.279 (72.041) 190.081 (61.558) 201.205 (1.189.786) 1.054.190 (444.699) (107.323) (238) (566.526) (234.335) (152) 48.440 72.327 142 370

^(*) Basicamente Ferroport e NFX e (**) A partir de dezembro de 2020 a GNA I e GNA II foram classificadas como disponíveis para venda, conforme nota explicativa nº 23 – Ativo e passivo mantidos para venda



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Informações por segmento--Continuação

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2021

	Industrial					Ajustes e	
	Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	155.619	194.806	190.729	180.900	264.774	(4.902)	981.926
Ativo não circulante disponível para		-	213.953				
venda	-			-	-	-	213.953
Ativo realizável à longo prazo	1.440.256	109.291	73.388	98.409	42.143	(614.863)	1.148.624
Investimentos	106.401	31	1.739.910	1.525.170	1.191.571	(2.852.873)	1.710.210
Propriedades para investimentos	447.139	-	-	79.811	-	-	526.950
Imobilizado	2.789.300	1.764.023	8.248	31.910	3.076	(837)	4.595.720
Intangível	6.665	63.886	25	339	3.537	-	74.452
Direito de arrendamento – IFRS16	6.107	1.507	-	38.545	2.052	(17.460)	30.751
Diferido	17.703	-	-	-	-	(17.703)	-
Total do ativo	4.969.190	2.133.544	2.226.253	1.955.084	1.507.153	(3.508.638)	9.282.586
Passivo							
Passivo circulante	367.655	108.391	11.363	52.458	52.640	(7.848)	584.659
Passivo não circulante disponível para							
venda	-	-	26.028	-	-	-	26.028
Passivo não circulante	5.142.311	1.334.650	24.724	2.069.612	2.814.827	(1.857.918)	9.528.206
Patrimônio líquido	(540.776)	690.503	2.164.138	(166.986)	(1.360.314)	(1.642.872)	(856.307)
Total passivo e patrimônio líquido	4.969.190	2.133.544	2.226.253	1.955.084	1.507.153	(3.508.638)	9.282.586

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2020

	Industrial					Ajustes e	
	Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	349.911	498.551	25.092	229.045	281.061	(32.559)	1.351.101
Ativo circulante disponível para venda	-	_	5.835.999	-	-	16.088	5.852.087
Ativo realizável à longo prazo	1.455.653	101.565	226	240.460	5.811	(569.322)	1.234.393
Investimentos	102.335	_	1.107.524	940.137	1.441.300	(2.805.121)	786.175
Propriedades para investimentos	526.931	_	-	_	-	· -	526.931
Imobilizado	2.442.150	1.709.782	6.211	491.908	2.790	(981)	4.651.860
Intangível	7.371	63.431	27	106	5.104	145	76.184
Direito de arrendamento – IFRS16	7.594	1.930	-	39.773	3.204	(17.421)	35.080
Diferido	23.772	_	-	-	-	(23.772)	-
Total do ativo	4.915.717	2.375.259	6.975.079	1.941.429	1.739.270	(3.432.943)	14.513.811
Passivo							
Passivo circulante	269.237	141.475	23.881	71.687	50.413	(28.162)	528.530
Passivo circulante disponível para venda	-	_	4.056.899	-	-	11.479	4.068.378
Passivo não circulante	4.969.148	1.283.096	4.305	2.020.342	2.049.085	(1.211.824)	9.114.152
Patrimônio Iíquido	(322.668)	950.688	2.889.994	(150.600)	(360.228)	(2.204.436)	802.751
Total passivo e patrimônio líquido	4.915.717	2.375.259	6.975.079	1.941.429	1.739.270	(3.432.943)	14.513.811



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, suas controladas apresentam compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$407.810 (R\$440.599 em 31 de dezembro de 2020), que deverão ser cumpridos no decorrer das suas atividades:

	Consolidado			
	2021	2020		
Porto do Açu (a)	252.440	225.391		
Prumo	24.336	37.843		
Açu Petróleo (b)	95.399	99.384		
GNA (c)	12.245	72.281		
Gás Infra	2.667	2.279		
Prumo Serviços	460	185		
Águas Industriais	5.510	2.747		
Reserva Ambiental Caruara	13.502	103		
Outros	1.251	386		
	407.810	440.599		

 ⁽a) Refere-se a gastos de despesas gerais e administrativas das naturezas de serviços como: vigilância e segurança, suporte em T.I, transportes de funcionários, alimentação, seguro de vida e saúde, viagens, serviços de engenharia, consultorias, manutenção, energia, entre outros;

⁽c) Refere-se aos gastos administrativos;

	Consolida	Consolidado		
	2021	2020		
Imobilizado (d)	40.811	95.056		
Propriedade para investimento	-	2.513		
	40.811	97.569		

⁽d) Refere-se aos gastos com aquisições de matérias e serviços para composição de ativos da Companhia, como maquinários, material para construção e manutenção, elaboração de estudos e projetos de engenharia e outros.

⁽b) Refere-se as despesas administrativas e custos operacionais para operações double banking; e



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação de nível hierárquico:

Controladora

	Controladora					
	-	2021		•	2020	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível hierárquico
Ativos	•	•	-		•	•
Caixa e bancos	324	-	-	143	-	-
Aplicações financeiras	185.994	-	-	139.829	-	-
Títulos e valores mobiliários	32.575	-	-	24.970	-	-
Caixa restrito	33.463	-	-	64.198	-	-
Mútuo com partes relacionadas	40.107	-	-	38.183	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	2.290			5.026		
	294.753			272.349		
Passivos		-	_			
Fornecedores	10.250	-	-	4.324	-	-
Mútuo com partes relacionadas	1.374.838	-	-	1.199.108	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	1			2.075		
	1.385.089			1.205.507		



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

	Consolidado						
_		-	2021		-	2020	
	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos			•	_		•	_
Caixa e bancos		21.576	-	-	11.418	-	-
Aplicações financeiras		283.991	-	-	306.792	-	-
Títulos e valores mobiliários	II	32.575	-	137.281	445.962	-	420.991
Caixa restrito		51.801	-	-	289.155	-	-
Clientes		129.683	-	-	108.504	-	-
Depósitos bancários vinculados		322.745	-	-	165.738	-	-
Depósitos restituíveis		58.744	-	-	55.239	-	-
Mútuo com partes relacionadas Contas a receber com partes		186.633	-	-	338.562	-	-
relacionadas		48.462	-	-	34.761	-	-
Debêntures		659.393	-	-	659.393	-	-
Crédito com terceiros		80.031	-	-	80.031	-	-
		1.875.634	-	137.281	1.836.162		420.991
Passivos							
Fornecedores		57.516	-	-	84.239	-	-
Mútuo com partes relacionadas Contas a pagar com partes		1.287.668	-	-	1.199.108	-	-
relacionadas		9.916	-	-	30.434	-	-
Empréstimos, financiamentos e	II						
debêntures		8.176.685	-	-	7.809.584	-	-
Obrigações com terceiros		19.880	-	-	19.880	-	-
Derivativos – hedge		-	-	183	-	-	530
Passivos não circulantes	III						
mantidos para venda		26.028					
		9.577.693		183	9.143.775	-	530

O quadro abaixo demonstra as movimentações de passivo mensurado a valor justo de nível 3:

	Consolidado
	R\$
Outros valores a pagar em 31 de dezembro de 2020	-
Constituição inicial de outros valores a pagar	26.028
Outros valores a pagar em 31 de dezembro de 2021	26.028



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Valor justo

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo, conforme seguem as definições.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$8.453.150 em 31 de dezembro de 2021 (R\$8.247.049 em 31 de dezembro de 2020).

Uma parte significativa desse valor consiste em empréstimos com BNDES, FI-FGTS, DFC e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Em 2021, a Companhia não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros entre as categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 48.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. Os resultados obtidos com estas operações no período e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. Com exceção da Prumo Participações, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não detinham contratos de instrumentos derivativos, em 31 de dezembro de 2021.

Riscos de Mercado

(i) Risco cambial

Trata-se do risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar, o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível a utilização da estratégia do *hedge* natural. Ver abaixo nessa nota explicativa mais detalhes sobre as exposições cambiais do Grupo Prumo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

(ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da nota explicativa nº 22 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, 65,83% do endividamento da Companhia e suas subsidiárias estava associado aos índices de moedas locais, sendo 23,02% corrigidos pelo IPCA, 12,99% pela Selic e 29,83% pela TLP.

No que se refere às receitas em Reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no Banco Bradesco S.A., sob política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, indexados com base no CDI e com previsão de liquidez diária.

Em relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo das empresas controladas pela Prumo e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco especifico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e de 50%. O cálculo foi feito com base nas projeções do relatório Focus, do Banco Central, para todas as dívidas da Porto do Açu.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros							
Descrição	Cenári	Cenário Base		Alta de 25%	Cenário II - Alta de 50%		
Descrição	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
BNDES (Selic e TLP)	7.360.953	7.460.927	227.596	385.897	456.289	771.604	
Debêntures (IPCA)	4.188.008	3.786.238	364.929	208.185	765.661	429.562	
Total	11.548.961	11.247.165	592.525	594.082	1.221.950	1.201.166	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2021 e foram disponibilizadas até 2025. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
Selic (%a.a)	9,25%	11,50%	8,00%	7,00%	7,00%	7,00%
IPCA (%a.a)	10,01%	5,03%	3,41%	3,00%	3,00%	3,00%

(iii) Risco de fluxo de caixa relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda, a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigidas pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. No entanto, como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2033, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe uma certa neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, reduzindo o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse fator de risco pode ser oriundo das contas a receber e de instrumentos financeiros. A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Para mitigar os riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco Cambial

Em 31 de dezembro de 2021, 34,17% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira, associados em sua totalidade ao Dólar.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar, o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Na Prumo Participações, o endividamento em moeda estrangeira refere-se aos títulos de dívida emitidos em dólares norte-americanos pela Prumo Participações. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem mensalmente da sua controlada em conjunto Ferroport, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de minério de ferro em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação americano PPI.

No caso exclusivo da Ferroport, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal é indexada ao Dólar, portanto os resultados operacionais da joint-venture expostos ao risco de variação cambial pelo descasamento de moedas entre receitas e custos. A apreciação do Real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Ferroport. Com relação ao endividamento da Prumo Participações, a Companhia contrata *Non-Deliverable-Forwards* (NDFs) mensalmente para proteção contra as variações cambiais, conforme disposto nas Informações complementares sobre os instrumentos derivativos.

Sobre a Ferroport, há uma política de gestão de risco cambial em vigor, formulada pela Prumo em conjunto com a Anglo American. A Ferroport opera transações envolvendo instrumentos financeiros gerenciados através de estratégias operacionais e controle interno destinadas a liquidez, rentabilidade e proteção. As políticas de controle consistem em monitoramento permanente das taxas contratadas em relação às taxas de mercado vigentes. A estratégia de *hedge* é proteger a flutuação do Dólar para garantir a receita do fluxo de caixa.

A Prumo celebrou, na qualidade de mutuária, contratos de mútuo com um veículo de investimento administrado por sociedade afiliada, à EIG, controladora da Companhia, no valor de US\$50.000 cada, totalizando US\$200.000 ("Contrato de Mútuo"). Em 27 de junho de 2020, a taxa de juros desses contratos, que era de 15% ao ano, foi alterada para 0% a partir desta data. O principal e os juros, acumulados até 27 de junho de 2020, estabelecidos no Contrato de Mútuo estão sujeitos a determinadas condições de subordinação e pagamento acordadas com os credores de longo prazo da subsidiária Porto do Açu. No momento não há previsão da liquidação desse mútuo, cujo repagamento depende da realização de lucros nas subsidiárias da Prumo. Algumas subsidiárias são denominadas em dólar, o que cria um hedge natural para o Contrato de Mútuo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Em 30 de dezembro de 2021, a Prumo Participações, subsidiária integral da Prumo, realizou um mútuo no valor bruto de R\$87.171 com a Prumo. O contrato de mútuo entre as companhias foi celebrado de acordo com os documentos de financiamento da Prumo Participações após cumprimento das obrigações contratuais da subsidiária e o valor foi utilizado para honrar o pagamento da dívida da Porto do Açu.

Na Açu Petróleo, o endividamento em moeda estrangeira se refere ao empréstimo em Dólares norte-americanos com a DFC. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida está relacionado às operações da própria Açu Petróleo, cuja receita está atrelada ao Dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente com base no índice de inflação americano PPI. No caso da Açu Petróleo, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal, apesar de recebida em Reais, é indexada ao Dólar, estando os resultados operacionais da empresa suscetíveis ao risco de variação cambial dentro do mesmo mês. A apreciação do real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Açu Petróleo. Com relação ao endividamento, o fato de o serviço da dívida e a receita da Açu Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Tendo em vista que a moeda funcional da subsidiária Açu Petróleo é o Dólar norteamericano e os valores no balanço consolidado, para fins de apresentação, são expostos na moeda de transação em Real. Em 31 de dezembro de 2021 o risco de exposição líquida foi de R\$86.413 (R\$361.253 em 31 de dezembro de 2020). Uma valorização de 5% na taxa de câmbio real representaria um ganho de R\$4.321 (R\$18.063 em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

A tabela abaixo resume o valor atual da dívida em milhares de Reais, por credor, com cenário de sensibilidade nas taxas de câmbio (US\$), assumindo oscilações de 10% e 20% para o lado positivo.

2021	Real	US\$ 10%	US\$ 20%
Instituições			
Senior Secured Bonds(v)	1.643.691	1.808.060	1.972.429
DFC (vi), (vii) e (viii)	1.265.761	1.392.337	1.518.913
Total	2.909.452	3.200.397	3.491.342
2020	Real	US\$ 10%	US\$ 20%
Instituições			
Senior Secured Bonds(v)	1.596.552	1.756.207	1.915.862
DFC (vi), (vii) e (viii)	1.222.851	1.345.136	1.467.421
Total	2.819.403	3.101.343	3.383.283

Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado também no patrimônio líquido, porém em conta diferenciada (custo de hedge).



Efeito acumulado

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Na Prumo Participações todas as receitas são provenientes de pagamentos de empréstimos em reais pela Ferroport e transferidos para a empresa mensalmente. Com a emissão dos *Senior Secured Bonds*, a empresa firmou um compromisso contratual de *hedge*, que determina que o derivativo a ser utilizado para proteção da variação cambial devem ser *Non-deliverable-forwards* ("NDFs"). Os NDFs são contratados mensalmente com valor equivalente a uma média de 1/6 do pagamento semestral de dívida bruta e preenchimento de contas reservas.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período.

Programa de hedge das non-deliverable forward

	Empresa	NDF contr	atada em R\$	Marcação a merc	ado (MTM)	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
			Vencimento			
NDF		30/09/2021	(ano)	2021	2020	2021
Termo US\$	Prumo Participações	20.603	2021	-	(530)	-
Termo US\$	Prumo Participações	12.108	2021	(183)	-	(183)
Líquido				(183)	(530)	(183)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

• Risco de Liquidez

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	10.000	45.489	2.027	-	-	57.516
Contas a pagar com partes relacionadas	-	9.916	-	-	-	9.916
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	1.287.668	-	1.287.668
Empréstimos, financiamentos e debêntures	459.859	436.756	944.586	2.944.040	10.888.080	15.673.321
Obrigações com terceiros	-	-	-	20.023	-	20.023
Derivativos - Hedge	183	-	-	-	-	183
Passivos não circulantes mantidos para venda		-	26.028	-		26.028
Total por faixa de prazo	470.042	492.161	972.641	4.251.731	10.888.080	17.074.655



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

36. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as coberturas de seguros não incluem as empresas joint venture, são as seguintes:

	Consolidado		
	2021	2020	
Riscos operacionais			
Danos Materiais	567.371	8.188.023	
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	2.092.787	2.857.521	
Lucros Cessantes	606.913	4.408.369	
Total	3.267.071	15.453.913	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. Eventos subsequentes

- Açu Petróleo

Em 11 de janeiro de 2022, a Açu Petróleo aumentou o capital social utilizando o saldo da reserva de capital no valor de R\$29.451.

Em 11 janeiro de 2022, a Açu Petróleo realizou um empréstimo sem juros em sua subsidiária AP Lux, no montante total de US\$19.342. Em 13 janeiro de 2022, o empréstimo foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), mediante contribuição em espécie (contribution in kind) de recebíveis.

Em 13 de janeiro de 2022, a Açu Petróleo realizou um aumento de capital, em sua subsidiária AP Lux, sem aumento de ações, no montante total de US\$16.399, mediante contribuição em dinheiro.

Em 13 de janeiro de 2022, a Açu Petróleo e a Prumo firmaram mútuo sem juros no valor de R\$ 43.353, com vencimento em 13 de janeiro de 2035.

Em 13 de janeiro de 2022, a AP Lux emitiu títulos de dívida no mercado de capitais internacional, na forma de *senior secured notes*, no montante total de US\$600.000, à taxa de 7,50% a.a. e vencimento em 13 de julho de 2035, por intermédio do Banco Goldman Sachs ("Emissão"). A amortização dos juros é semestral, nos dias 13 de janeiro e 13 de julho de cada ano. A Emissão está em linha com a estratégia do grupo, tendo como finalidade a alavancagem de seus negócios.

Os recursos oriundos da Emissão foram captados pela Açu Petróleo e Prumo NewCo por meio de Nota de Crédito de Exportação (NCE) adquirida pelo Banco Itaú e de debênture cambial subscrita pelo Banco Santander, respectivamente, as quais foram vinculadas a notas de crédito (CLN) adquiridas pela APLux. A captação via NCE permitiu a internalização de U\$350.000 e em 10 de fevereiro de 2022, houve a captação via debênture cambial representando uma internalização no montante de U\$250.000.

Em 14 de janeiro de 2022, em razão desta nova dívida a Açu Petróleo constituiu reserva no montante de US\$ 23.717 (R\$ 131.983) em contas *offshore* com o Banco Citibank e R\$45.140 (US\$ 8.156) em contas *onshore* a serem depositadas no fundo cambial já detido pela Companhia, destinadas aos recursos da dívida com a finalidade de "*escrow*" e seu valor só poderá ser liberado ou desvinculado após liquidação da dívida.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. Eventos subsequentes---Continuação

- Açu Petróleo---Continuação

Em 10 de fevereiro 2022, a Açu Petróleo, utilizando parte dos recursos oriundos da Emissão, quitou integralmente seu financiamento com a International Development Finance Corporation ("DFC"), no montante de R\$1.212.929.

Em razão desta liquidação, o recurso no montante de R\$89.371, anteriormente destinado a reserva relacionada à dívida com a DFC e mantidos em contas *offshore*, foi liberado, ficando a Emissão como único financiamento vigente.

Em 11 de fevereiro de 2022, a CL RJ 012 subsidiária da Prumo, adquiriu as 89.408 ações ordinárias da acionista Oiltanking, equivalente a 20% do total de ações da Açu Petróleo, ocasionando alteração na sua estrutura societária e o Grupo Prumo passa a ter 100% do controle acionário da Açu Petróleo.

Em 18 de março de 2022, Açu Petróleo aprovou a incorporação da CL RJ 012, através do laudo de avaliação, que indicou que o acervo líquido da incorporada foi avaliado no montante negativo de R\$1.193.598. As ações de emissão da Companhia correspondem a 89.408 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal a serem subscritas pela única acionista Prumo.

Em decorrência da incorporação o capital da Açu Petróleo foi reduzido de R\$138.644 para R\$110.915, sem cancelamento de ações, permanecendo dividido em 447.042 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. Eventos subsequentes---Continuação

- GNA I

A subsidiária GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a GNA I, em 17 de novembro de 2017. A discussão diz respeito a faturas emitidas no âmbito do LNG SPA e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Companhia em 12 de abril de 2019, particularmente com relação à precificação de determinadas cargas de gás natural liquefeito que foram utilizadas pela usina para cumprir com notificações de despacho enviadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A subsidiária GNA I segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a subsidiária GNA I pagou, em 07 de março de 2022 e 11 de março de 2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros.

A GNA I, em estrita observância dos termos e condições dos contratos, continua mantendo discussões de boa-fé com a bpGM e tem a expectativa de resolver o tema durante o primeiro semestre de 2022.

Relativamente a esta discussão, a subsidiária GNA I reconheceu em contas a pagar – partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$197.354, a qual foram substancialmente liquidados nas datas acima mencionadas.

Adicionalmente, a subsidiária GNA I procedeu à atualização do teste de imparidade do seu ativo imobilizado face a esta discussão com a bpGM e não identificou qualquer necessidade de redução do seu valor recuperável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração	Composição da Diretoria
Robert Blair Thomas Presidente	Carlos Tadeu da Costa Fraga Diretor Presidente
Kevin Lee Lowder Vice-Presidente	Eugenio Leite de Figueiredo Diretor Econômico-Financeiro e Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Vice-Presidente Executivo
José Alberto de Paula Torres Lima	
Conselheiro	Flavio Bernardo Luna do Valle Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Vice-Presidente Executivo
Franklin Lee Feder Conselheiro	
Consenieno	Eduardo Quartarone Campos Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Jurídico
Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho Conselheiro	
Consenieiro	Angela Serpa Caldeira e Silva Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretora de Capital Humano
Jorge Marques de Toledo Camargo Conselheiro	
Ricardo Faria Paes Conselheiro	Eduardo Ferreira Kantz Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Meio-Ambiente, Sustentabilidade, Governança e Relações Institucionais
leda Gomes Yell Conselheiro	Mauro Lourenço de Andrade Diretor se designação específica, com atribuição de Diretor de Desenvolvimento de Negócio
	Leticia Nabuco Villa-Forte Diretora sem designação específica, com atribuição de Diretora Econômico-Financeira Adjunta
Marcelo Chaladovsky	Vera Lucia dos Anjos Almeida Melo
Gerente Geral Financeiro	Contadora
	CRC-RJ 091889-O